Revista da Armada

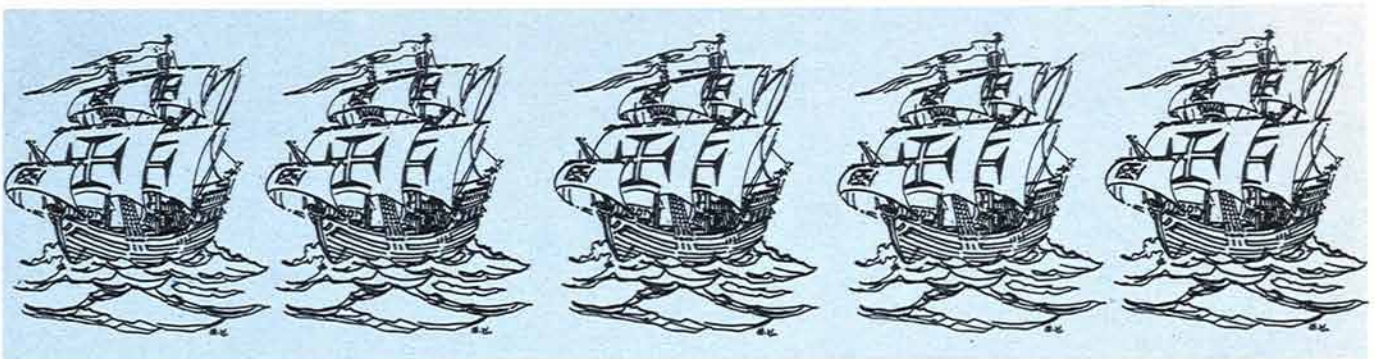
N.º 43 / ABRIL 1975 / ANO IV

1º ANIVERSÁRIO do NOVO PORTUGAL

Pág.n.º3

Sumário

		Pág.
M. do Vale	**Nota de Abertura**	3
J. Simões	**Dramas do Mar...**	4
Redacção	**Colaboração Fotográfica**	5
O. Lemos	**Espectáculo** As Espingardas da Mãe Carrar	6
O. Lemos	**Bibliografia**	7
S. Elpídio	**Saibam Todos**	8
S. Monteiro	**Informações do Pessoal**	9
M. Horta	**Notícias Pessoais**	12
D. Barreiros	**Do Convento das Trinas ao Instituto Hidrográfico**	13
M. Horta	**11 de Março Mais uma Barreira Vencida**	18
Redacção	**Voz da Abita**	20
S. Machado	**Desporto**	22
G. Brandão	**Filatelia**	25
M. do Vale	**Os Novos «Gloriosos Malucos» dos Hovercrafts**	26
S. Elpídio	**Reportagem**	28
Vários	**Quarto de Folga**	32



A 14-4-75 6.

REVISTA DA ARMADA
Publicação Oficial
da Marinha

Director e Editor:
Comodoro António Júlio Malheiro do Vale

Orientação gráfica:
Hernani Lopes

Publicação mensal

Propriedade
do Ministério da Marinha

Redacção e Administração
Praça do Comércio
Telefone: 36 89 60

N. 43 / ABRIL 1975 / ANO IV

Preço de venda avulso	5$00
Assinaturas anuais:	
Continente, Ilhas, Ultramar, Espanha e Brasil (via normal)	50$00
Estrangeiro, excepto Espanha e Brasil (via normal)	68$00
Ilhas (via aérea)	75$00
Ultramar (via aérea)	137$00

Na capa:

O 1.º Aniversário do Novo Portugal.

(Foto de A. Fernandes, fotógrafo do Gab. de Fotogr. do EMA)

Execução gráfica:
LISGRÁFICA, Impressão e Artes Gráficas, S. A. R. L.

Nota de Abertura

1.º ANIVERSÁRIO do NOVO PORTUGAL

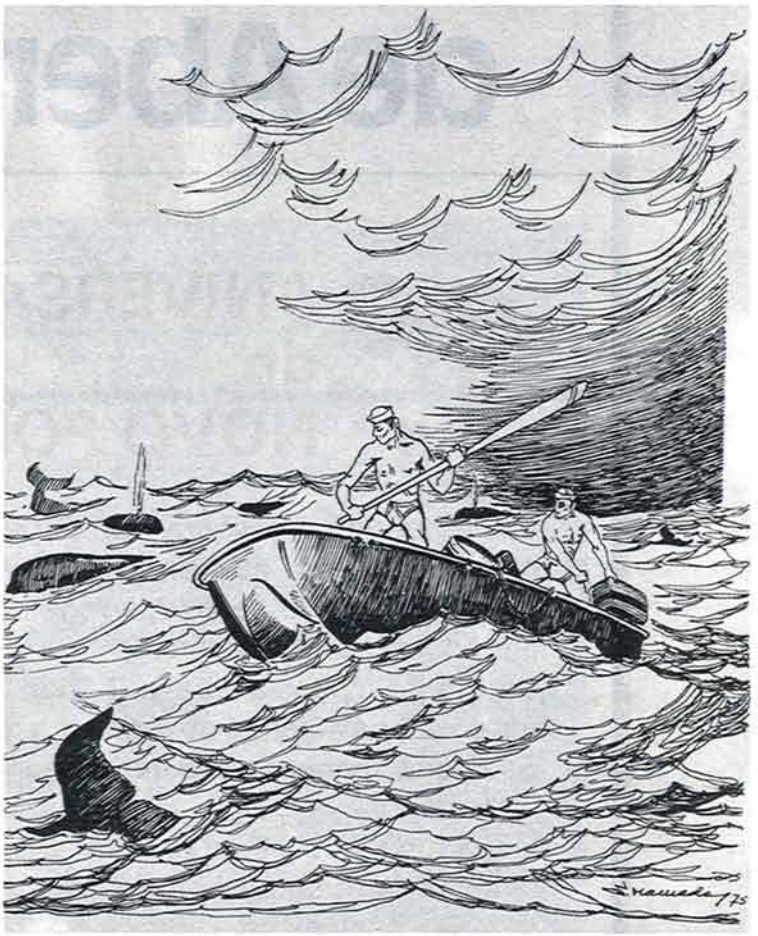
Vai fazer um ano sobre «O 25 de Abril». Naquela manhã luminosa de Primavera, o País acordou em alvoroço. As pessoas interrogaram-se ansiosas e incrédulas: será possível!?
Um golpe militar acabava de pôr fim ao odioso regime que há 48 anos governava a Nação pelo medo. Sem que ninguém o defendesse, sem ser preciso disparar um tiro, caiu como um fruto podre, com um abanão das Forças Armadas. E foi o delírio, tanto na Metrópole como nas Ilhas Ajacentes, Ultramar e núcleos de emigrantes radicados no estrangeiro. Todos sentiram soprar um vento novo, o vento da liberdade e da esperança.
E, como por encanto, veio tudo o que parecia impossível: fim das guerras em África e independência das colónias, partidos políticos, eleições livres, regresso de exilados, liberdade de expressão... eu sei lá!

*

Agora, todos unidos, vamos fazer um Portugal diferente, um Portugal onde reine a justiça e onde não haja fome; um Portugal onde o Povo trace o seu próprio destino; um Portugal onde se volte a cantar a alegria de viver; um Portugal, em suma, que seja o orgulho de todos quantos tiveram a dita de nascer nesta terra abençoada.
Tenhamos fé, havemos de consegui-lo...

M. de Vasconcelos
Com.

DRAMAS do MAR...



Determinados momentos da vida de um homem dificilmente poderão ser esquecidos. E quando esses momentos são passados, enfrentando a morte, havendo esperança e acabando em salvação, de certo que os seus protagonistas jamais os apagarão da memória, por muitos anos que vivam.
Será certamente o caso dos dois marinheiros que viveram a história que se segue:

Na tarde do dia 15 de Dezembro de 1974, dois botes de fibra de vidro («Marujinho»), provenientes do posto fixo da Pedra do Feitiço, desciam o rio Zaire transportando uma criança doente para ser assistida pelo médico de Santo António do Zaire. Poderá perguntar-se: porquê dois botes? Na verdade, a utilização de dois botes, neste género de operações, é corrente para que se possam socorrer mutuamente em caso de acidente ou avaria.
Os dois marinheiros fuzileiros tripulantes do bote da vanguarda, que trnsportava a criança enferma, repararam a certa altura que o outro bote se tinha perdido de vista. Esperaram durante algum tempo sem que ele aparecesse. Entretanto, escurecera e tornara-se difícil procurá-lo. A certa altura notaram o aparecimento de uma luz e dirigiram-se para o local donde ela provinha mas, nada conseguiram encontrar. Resolveram então seguir até Santo António do Zaire porque, depressa obteriam socorro para procurar os seus camaradas. Ali chegados, comunicaram imediatamente o facto às autoridades navais que enviaram uma lancha de fiscalização à sua procura. Todas as tentativas foram porém inúteis pois entretanto um tornado desviara o bote avariado em direcção ao mar, levando-o para grande distância da zona.
No dia seguinte, 16 de Dezembro, fizeram-se novas buscas com duas lanchas de fiscalização e dois botes, também sem qualquer resultado. Foi então pedido apoio aéreo, tendo os aviões percorrido toda a orla marítima sem conseguir igualmente encontrar o bote ou os seus ocupantes.
É nesta altura que começa, verdadeiramente, o drama dos marinheiros. Ao sabor das ondas, dentro de uma frágil embarcação, sem avistar terra e sem quaisquer alimentos a bordo, iriam sofrer muito, sem contudo perder a esperança de serem salvos. Como se não bastasse o mar alteroso e o vento rugindo ameaçador, eis que surgem, a dada altura,

dezenas de baleias, formando autêntica tempestade em redor dos náufragos.

Contudo, eles não se atemorizaram e, batendo com os remos no bote e puxando o fio do motor, o qual embora sem trabalhar fazia um certo ruído, conseguiram afugentar os cetáceos.

E vem o dia 17. Nesta altura, já muito longe de terra começaram a apanhar e a chupar caules verdes de vegetação, arrastados para o largo pela corrente do Zaire, procurando mitigar a sede que já os atormentava.

Como o tornado tivesse danificado o bote, partindo as tiras de reforço de zinco, recorreram à boça para o amarrar convenientemente visto estar a meter água em quantidade. Foi nessa altura, que, com medo que o peso provocasse o afundamento, largaram ao mar uma espingarda, dois cinturões, dois carregadores, duas hélices, dois bidões e algumas chaves. Os bidões, depósitos de combustível do motor, que flutuavam, foram largados na intensão de fornecer uma pista aos possíveis salvadores. Guardaram apenas um deles para que, se chovesse, pudessem juntar água no fundo para matar a sede que era já um suplício.

No dia 18, começaram a sentir os efeitos nocivos dos raios solares e, para se protegerem, utilizaram algumas peças de roupa existentes dentro de uma mala que a família da criança enferma entregara no bote. A mala servia, por outro lado, para guardar o uniforme militar na altura em que chovia, a fim de poderem à noite proteger-se do frio com roupa seca.

Ainda na noite do dia 18 avistaram um navio e, remando desesperadamente, tentaram fazer-se notar mas não o conseguiram.É curioso notar que, embora ambos fossem fumadores, desde que se perderam nunca mais fumaram, chegando a combinar que só o fariam nos últimos momentos da sua vida.

Poderá pensar-se que estes homens estavam chegando ao desespero, mas nada disso acontecia, porque o seu moral foi, segundo eles, sempre o mais elevado.

No dia 19, continuaram a chupar os caules das plantas que encontravam a flutuar, os quais guardavam como coisa preciosa.

Estavam exaustos e precisavam de repouso. Resolveram dormir alternadamente, ficando um de vigia à espreita da «tábua de salvação» que teimava em não aparecer.

No dia 20, nada de novo. Apenas o mar imenso e o céu azul.

Mas no dia 21 algo aconteceu. Pelas 3 da manhã, um peixe caiu providencialmente no bote. Os dois homens esfomeados tiraram-lhe as escamas e os olhos e, mesmo crú, dividiram-no irmãmente e comeram-no.

As esperanças de salvação começaram a esvair-se. Surgiu o dia 22 de Dezembro. Eram 10,30 quando uma ave marinha pousa no bote. Um dos homens deu-lhe forte pancada com um pano molhado fazendo-a cair lá dentro. Agarraram-na e cortaram-lhe as asas para não fugir. Não a mataram. Era mais um ser vivo a participar o seu drama. Puseram-lhe um nome, «Salvação».

E foi na [illegible]nte-véspera do Natal que aconteceu o que já parecia impossível. Pelas 14,00 horas surgiu, como que por encanto, um atuneiro francês a 200 ou 300 metros deles. O navio arriou uma embarcação que se dirigiu ao bote avariado recolhendo os corajosos marinheiros, que tiveram de ser amparados, tal o seu estado de fraqueza!

Depois, já a bordo, como não falavam francês, contaram por gestos, a sua aventura.

Rsolvidas que foram as formalidades legais em casos desta natureza, foi comunicado a Cabinda o seu salvamento. Imediatamente o comandante da Defesa Marítima mandou uma lancha de fiscalização ao encontro do navio, a fim de os conduzir a terra.

Chegaram a Cabinda às 23,45 do dia 24, sendo aguardados e acarinhados por todos os camaradas, que preparavam a consoada, na qual poucas esperanças tinham de tomar parte...

Por muito que me custe só vos posso dizer o nome do mais jovem dos marinheiros já que o outro quis ficar no anonimato, trata-se de Manuel Francisco Alves Franco, mar. FZE n.º 996/70. E sabem qual era a posição do bote, quando apareceu o atuneiro? A 160 milhas do Zaire!

J. Simões
Cabo C
(Delegado da CDAP no Zaire)

COLABORAÇÃO FOTOGRÁFICA

Estimado leitor da nossa Revista chamou a atenção para o facto de se publicarem muitos artigos e, sobretudo fotografias, que «nada têm a ver com a Marinha». Indo ao encontro da sua própria sugestão, e dando-lhe toda a razão, pedimos a todos os comandos e serviços da Armada, na Metrópole e nas Ilhas Adjacentes ou ainda no Ultramar, que nos enviem todas as fotos e «slides» de que possam dispor, e achem «poder figurar na Revista», de navios, de instalações em terra, de actividades de bordo ou em terra, de viagens, de cerimónias, etc. Desde já agradecemos a vossa aceitação ao nosso pedido, informando que os negativos, fotos ou «slides» serão devolvidos se assim nos for indicado.

AS ESPINGARDAS DA MÃE CARRAR

Depois de «Terror e Misérias do III Reich», de novo Brecht em Lisboa, desta vez na Casa da Comédia, com a peça em um acto «As espingardas da mãe Carrar», numa encenação de João Lourenço. O texto denso de Brecht teve em Eduarda Ferreira uma tradutora à altura da peça.

Carmen Dolores, na mãe Carrar, atinge momentos sublimes, como esse em que toma consciência de que é realmente o filho que tem diante de si, inerte e exangue, morto pelas balas traiçoeiras dos espanhóis de Franco. O grito que não chega a sair-lhe do peito é arripiante, tal a intensidade dramática com que Carmen Dolores o vive. Toda a peça é um veredicto contra a injustiça social e um libelo acusatório contra a opressão revoltante daqueles a quem convém a miséria dos oprimidos. As tensões dramáticas em que se debate Tereza Carrar, viúva de um revolucionário e mãe de dois filhos, dos quais um em idade militar, são o fulcro da peça. A guerra civil de Espanha é o pano de fundo onde a acção se desenrola. No seu desespero, a pobre mãe pretende convencer-se de que a guerra não é solução e que tudo é preferível a essa tragédia. Sentimos no entanto que a sua alma está com os deserdados e com os que pegam em armas contra a tirania e que só se agarra, como tábua de salvação, a um pretenso pacifismo para justificar o seu desejo de preservar os filhos da voragem da guerra.

E quando lhe trazem o mais velho morto, numa demonstração brutal e

iniludível de que nem os inermes e os inocentes são preservados, a sua coragem de mulher que já passou por todas as dores e agruras e nada tem a perder com a morte, vence finalmente a sua fragilidade de mãe atemorizada, arrancando para a luta de armas na mão. Carmen Dolores tem, ao longo de toda a peça, uma actuação sempre meritória, situando-se perfeitamente no drama brechtiano. A encenação é simples e de limitadíssimos recursos, conferindo ao ambiente de casebre de pescadores o realismo indispensável ao enquadramento da peça. A excessiva proximidade dos espectadores, rodeando a cena, não é uma circunstância muito favorável, porquanto a distância é por vezes necessária a uma certa perspectiva da cena e à criação ilusória de realidade nos adereços fictícios.

Jorge Vale, na figura de padre, afirma-se como actor de boa craveira e Álvaro Faria no papel de irmão de Tereza dá boa conta de si.

No conjunto, «As espingardas da mãe Carrar» são um magnífico espectáculo, verdadeiro teatro, sem oportunismos falaciosos como alguns que se vêem por aí, aproveitando a maré... Brecht foi um lutador através do teatro. A sua peregrinação revolucionária pelo mundo, levou aos palcos desse mesmo mundo, perante gente atónita que não se dava conta de nada, as tremendas injustiças sociais que em nome de falsos ideários se praticavam. À vista dos seus dramas, as plateias despertavam e despertam para essa realidade insofismável da luta de classes. Por isso as suas peças foram proibidas em muitos países a cujos governos não convinham e não raro a fuga e o exílio foram o preço desse combate em prol dos trabalhadores.

É muito grande o número das suas obras teatrais. Escreveu sempre até à morte que ocorreu, por colapso cardíaco, em 14 de Agosto de 1956 em Berlim Oriental.

O valor das suas obras não decorre desta ou daquela circunstância ou de determinada conjuntura política. Elas valem por si e são obras para todo o sempre, como as de Shakespeare ou Unamuno.

O. Lemos
Cap.-frag.

Bibliografia

PARA UMA RENOVAÇÃO DO DESPORTO NACIONAL

por Manuel Sérgio

A «Revista da Armada» recebeu do dr. Manuel Sérgio, com amável dedicatória, o seu livro «Para uma Renovação do Desporto Nacional». Editado pela «Moraes» pertence à colecção «Actualidade Portuguesa».

Este magnífico ensaio sobre a problemática do desporto nacional, aponta para soluções concretas, alicerçadas na análise do caso português, sugerindo medidas que a médio e longo prazo viriam a modificar a presente conjuntura.

É conhecida a acção e combatividade do dr. Manuel Sérgio através da sua actuação na imprensa desportiva e imprensa diária. Conhecedora disso, a Escola Naval, através do seu Gabinete de Formação Desportiva convidou o dr. Manuel Sérgio a fazer uma conferência sobre Humanismo e Desporto para professores e alunos e um curso de psicologia que decorreu ao longo de um mês com grande entusiasmo.

DELITO DE CORPO

por Feliciano Alves

Surgiu há pouco este ensaio, numa edição de Espaço. Pretende ser uma apreciação crítica à situação política actual, numa tónica anarquista em que se preconiza a libertação do proletariado daqueles que falam tanto em nome dele. Quando o revolucionário actua em nome do proletariado ou o dirige nega-se (na opinião do autor) como revolucionário pois não faz mais do que dar um outro aspecto à dominação do homem pelo homem. Seria o perpetuar dessa dominação apenas com outras caras. Enfim, não se perde nada com uma leitura atenta...

DO ESTADO NOVO Á SEGUNDA REPÚBLICA

por José António Saraiva

O autor chama-lhe «crónica política de um tempo português». Faz

no livro uma análise da evolução política do País desde Salazar aos tempos actuais. É, evidentemente, uma análise muito discutível do processo histórico decorrente das últimas décadas, mas não deixa de ser leitura válida para quem se não deixe contaminar. Editora Bertrand; colecção Informação Política.

CORINGE E OS TRÊS IRMÃOS

por Emílio Filipe

Em edição de «África Editorial» («Dossier» Angola) somos postos frente a dois contos horripilantes na sua verdade cruenta. O colonialismo é o pano de fundo; a violência a sua face.

HISTÓRIA DE ANGOLA

autor MPLA

A editora «Afrontamento» lançou este livro da sua colecção «Libertação dos Povos das Colónias». Para quem esteja habituado a conhecer a história de Angola do ponto de vista tradicional, aprendida desde a instrução primária até ao liceu, este livro surge como «a outra face da moeda». É Angola vista do outro lado da barreira colonialista, uma Angola espantosamente diferente da imagem que sempre nos foi fornecida mas de que no entanto suspeitavam aqueles que, peregrinando pelos seus sertões, a olhavam com olhos de ver.

O PODER JUDICIAL E A SUA INDEPENDÊNCIA

por Joaquim Roseira de Figueiredo e Flávio Ferreira

É um livro da coleção «Hoje e Amanhã» da editora Moraes. Os autores expõem toda a vergonha e vilipêndio da magistratura durante o regime deposto em 25 de Abril e fazem acto de fé na futura independência do poder judicial como forma de garantia das liberdades democráticas da nova sociedade portuguesa.

O. Lemos
Cap.-frag.

Saibam Todos

Que por recente comunicação da FNAT podem os militares e funcionários civis do Estado inscrever-se como sócios daquela organização.

Que se destacam, entre outras as seguintes vantagens para os beneficiários:

– Participação em visitas de estudo, passeios, excursões e viagens, em exposições e concursos de arte dos trabalhadores e nas organizações cénicas, musicais, folclóricas, coreográficas, corais, artísticas e literárias.

– Assistência a sessões de cinema, representações teatrais, serões para trabalhadores, óperas, bailados clássicos e outros espectáculos culturais e recreativos.

– Estadia nas Colónias de Férias «Um Lugar ao Sol», na Costa da Caparica; «Dr. Pedro Teotónio Pereira», na Albufeira; «Marechal Carmona», na Foz do Arelho; «A. Correia de Oliveira», nas Termas de S. Pedro do Sul; e «Entre-Rios», em Entre-Rios (Penafiel) e ainda nas Residências espanholas.

– Utilização da Albergaria de Santana, situada na Calçada de Santana, n.º 180, em Lisboa, para pernoitar, e dos refeitórios existentes em Lisboa: Rua Victor Cordon, n.º 1; em Setúbal: Praça da República, e no Porto: Praça da Batalha, n.º 32.

Que a fim de facilitar a inscrição de novos sócios os SSFA fornecerão os impressos que se torna necessário preencher para o efeito.

*

Que a Comissão de Gestão Técnico-Administrativa do Instituto Português de Reumatologia, considerando que a gravidade e a importância médico-social dos reumatismos justifica um amplo apoio estatal e por outro lado, impõe a cada um de nós a participação nessa luta, de que sendo beneficiária a colectividade, interessa individualmente a todos, leva a efeito uma recolha pública de fundos nos dias 29 e 30 de Abril, pelo que, todo o pessoal militar e civil da Armada que o deseje, poderá enviar a sua comparticipação para a Comissão de Gestão Técnico-Administrativa do Instituto Português de Reumatologia – Rua D. Estefânia, 117-1.º, Lisboa-1.

INFORMAÇÕES do PESSOAL

Nesta fase de renovação que o País e a Armada estão atravessando julgo que não deixará de ser oportuno discutir mais uma vez o problema das informações do pessoal.

Segundo penso, a melhor maneira de o fazer será tentar responder às seguintes perguntas:

– Para que servem as informações?

– Quais são as qualidades que devem ser informadas?

– Quem deve informar?

– Quais deveriam ser as consequências imediatas das más informações?

Neste pequeno trabalho vou dar as «minhas respostas», na esperança de que pelo menos possam ter o mérito de chamar a atenção para o problema.

1 – PARA QUE SERVEM AS INFORMAÇÕES?

Creio que as finalidades que se pretendem alcançar com as informações do pessoal serão fundamentalmente as seguintes:

a) Obrigar os chefes a apreciarem os seus subordinados segundo a óptica da Organização e não segundo uma óptica meramente pessoal;

b) Alertar o informado para os seus pontos considerados fracos, segundo o consenso da Organização, para que possa corrigir-se se estiver interessado em continuar a pertencer-lhe;

c) Efectuar uma selecção, destinada sobretudo a eliminar os indivíduos incompatíveis com a Organização.

Em relação à alínea *a*) todos sabemos que se dissermos a um chefe para informar acerca dum subordinado seu, sem lhe darmos previamente uma lista de qualidades sobre as quais se deverá debruçar, ele informará segundo o seu critério pessoal e geralmente baseado na qualidade mais saliente do informado. (É o chamado «efeito de halo»). Nestas circunstâncias o valor prático das informações é muito reduzido porque classifica as pessoas em relação aos padrões dos respectivos chefes e não em relação aos padrões estabelecido pela Organização, sendo portanto impossível compará-los entre si.

É por isso indispensável fornecer ao informador a lista das qualidades que segundo o critério da Organização são as que mais interessam a esta.

Desta forma leva-se o chefe a observar os seus subordinados segundo a óptica da Organização e não segundo a sua óptica pessoal.

Recordo-me dum comandante que depois de ter preenchido o boletim de informação de certo oficial manifestou surpresa por ter de concluir que esse oficial era afinal melhor do que ele julgava!

O preenchimento periódico das informações obriga o chefe a meditar de forma ordenada e sistemática sobre o capital humano à sua responsabilidade.

A necessidade de, para cada homem, ter de perguntar a si próprio em que grau possui determinadas qualidades consideradas essenciais, deverá normalmente levá-lo a fazer uma ideia mais justa do seu pessoal e mais isenta de simpatias pessoais.

Outro objectivo das informações deverá ser, segundo julgo, dar periodicamente aos informados uma indicação concreta da forma como estão sendo avaliados pelos seus superiores, pelos seus camaradas e pelos seus subordinados.

É certo que por vezes esta indicação poderá ferir a vaidade de alguns mas mesmo que isso aconteça creio que será um choque na maioria dos casos salutar.

Sobretudo se a informação for dada por várias pessoas e não por uma só, o indivíduo terá de reconhecer no seu íntimo que alguma coisa deverá estar errada no seu comportamento e se tiver interesse em continuar a pertencer à Organização esforçar-se-á por se corrigir.

É este um aspecto muito positivo das informações que até agora tem sido descurado.

Finalmente as informações devem servir para eliminar rapidamente da Organização todos os inadaptados.

Não vale a pena preencher de 6 em 6 meses milhares de impressos à custa de milhares de horas de trabalho só para depois os guardar em arquivos onde praticamente não servem para nada.

2 – QUAIS AS QUALIDADES QUE DEVEM SER INFORMADAS?

Naturalmente que as qualidades a informar deverão ser as consideradas fundamentais para o exercício das tarefas que competem aos indivíduos dentro da Organização.

No âmbito da Armada julgo que os oficiais, sar-

gentos e cabos deverão ser apreciados no seu quádruplo aspecto de CHEFES, TÉCNICOS-NAVAIS, MARINHEIROS E MILITARES. Quanto aos marinheiros e grumetes parece-me que será suficiente apreciá-los sòmente como TÉCNICOS-NAVAIS, MARINHEIROS E MILITARES, por duas razões: a primeira é que nestes postos são muito difíceis de avaliar as qualidades de chefia; a segunda, é porque tratando-se de pessoal muito numeroso interessa que as qualidades a informar sejam reduzidas ao mínimo para poupar trabalho burocrático.
Teremos agora que perguntar quais serão as qualidades essenciais dum chefe, dum técnico-naval, dum marinheiro e dum militar.
Um Chefe é uma pessoa a quem são entregues valores humanos e materiais com vista à realização duma dada missão. Para ser capaz de aproveitar os valores humanos, o Chefe precisa de ser um líder; para ser capaz de aproveitar os valores materiais, o Chefe precisa de ser um administrador; para tirar o máximo rendimento do conjunto dos valores humanos e materiais que lhe são confiados, o Chefe precisa de ser capaz de os articular da melhor maneira, ou seja de organizar. Um Chefe deverá pois ser simultaneamente um líder, um administrador e um organizador.
Um líder precisa de ser capaz de conquistar a confiança, o respeito e a simpatia do seu pessoal. Para isso são qualidades fundamentais: a INTELIGÊNCIA, a INTEGRIDADE DE CARÁCTER e o sentido do humano ou dizendo duma forma mais simples, o RESPEITO PELOS OUTROS.
Um administrador precisa sobretudo ser capaz de ouvir os seus colaboradores e de decidir em face das diversas soluções possíveis, sem receio das responsabilidades. Para isso são qualidades fundamentais, a PRUDÊNCIA e a INICIATIVA.
Um organizador deverá possuir como é óbvio CAPACIDADE DE ORGANIZAÇÃO.
Poderemos então considerar que as qualidades fundamentais para um chefe, considerado simultaneamente como um líder, um administrador e um organizador, deverão ser: a INTELIGÊNCIA, a INTEGRIDADE DE CARÁCTER, o RESPEITO PELOS OUTROS, a PRUDÊNCIA, a INICIATIVA e a CAPACIDADE DE ORGANIZAÇÃO.
Um técnico-naval, como aliás qualquer técnico, precisa de duas qualidades fundamentais: a COMPETÊNCIA PROFISSIONAL e a DEDICAÇÃO AO SERVIÇO.
Um marinheiro, nos tempos de hoje é sobretudo um técnico e por isso como marinheiro propriamente dito bastará que possua RESISTÊNCIA AO ENJOO.
Finalmente um militar deverá possuir as qualidades básicas de RESISTÊNCIA FÍSICA, ESPÍRITO DE DISCIPLINA e ESPÍRITO DE CAMARADAGEM.
Das qualidades enumeradas, parece-me inútil incluir a INTELIGÊNCIA nos boletins de informação, em primeiro lugar porque é sempre muito penoso dar ou receber uma informação de fraca inteligência; em segundo lugar porque, no caso da Armada, a eliminação dos indivíduos com fraca capacidade intelectual pode ser suficientemente assegurada por meio dos cursos.
Creio que também não valerá a pena informar acerca da RESISTÊNCIA AO ENJOO pois se trata duma informação que só podendo ser dada ao pessoal embarcado desequilibraria o sistema. Por outro lado a resistência ao enjoo depende muito do tipo do navio e do estado do mar. Além disso o enjoo pode até certo ponto ser corrigido pela habituação ao mar e por meio de medicamentos.
Igualmente nos parece dispensável informar acerca da CAPACIDADE FÍSICA uma vez que todo o pessoal da Armada é examinado periodicamente pelos Serviços de Saúde por forma a garantir a manutenção dum mínimo suficiente de capacidade física.
Nesta ordem de ideias parece-me que as qualidades a informar deveriam ser apenas as seguintes:

a) Oficiais, sargentos e cabos:

INTEGRIDADE DE CARÁCTER
RESPEITO PELOS OUTROS
INICIATIVA
PRUDÊNCIA
CAPACIDADE DE ORGANIZAÇÃO
COMPETÊNCIA PROFISSIONAL
DEDICAÇÃO AO SERVIÇO
ESPÍRITO DE DISCIPLINA
ESPÍRITO DE CAMARADAGEM.

b) Marinheiros e grumetes:

COMPETÊNCIA PROFISSIONAL
DEDICAÇÃO AO SERVIÇO
ESPÍRITO DE DISCIPLINA
ESPÍRITO DE CAMARADAGEM.

3 – QUEM DEVE INFORMAR?

Até agora as informações do pessoal têm sido dadas sob exclusiva responsabilidade do Comandante o qual geralmente se apoia nas informações dadas pelos Chefes dos Serviços.
Segundo este processo o indivíduo é observado apenas «de cima para baixo».
Embora tal sistema seja aceitável no que respeita à avaliação das qualidades profissionais, o mesmo já não se passa quando se trata de avaliar qualidades pessoais.
Neste caso, a opinião dos camaradas e a dos subordinados poderá ter igual ou até maior valor do que a opinião dos chefes.
Parece-me por isso que seria vantajoso criar nas unidades e serviços da Armada Conselhos de Dis-

SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS
DE PESSOAL DA ARMADA

INFORMAÇÃO SEMESTRAL DE OFICIAIS, SARGENTOS E CABOS

UNIDADE ..... DATA .....

ENCARGO .....

NOME .....

POSTO E CLASSE ..... IDADE ..... N.º .....

I — *QUALIDADES PESSOAIS* (a preencher pelo Conselho de Disciplina)

QUALIDADES	ELEVADA	MÉDIA	FRACA
INTEGRIDADE DE CARÁCTER			
RESPEITO PELOS OUTROS			
ESPÍRITO DE DISCIPLINA			
ESPÍRITO DE CAMARADAGEM			

pelo Conselho de Disciplina

.....

II — *QUALIDADES PROFISSIONAIS* (a preencher pelo Comandante)

QUALIDADES	ELEVADA	MÉDIA	FRACA
INICIATIVA			
PRUDÊNCIA			
CAPACID. DE ORGANIZAÇÃO			
COMPETÊNCIA PROFISSIONAL			
DEDICAÇÃO AO SERVIÇO			

O Comandante

.....

Tomei conhecimento: .....

SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS
DE PESSOAL DA ARMADA

INFORMAÇÃO SEMESTRAL DE MARINHEIROS E GRUMETES

UNIDADE ..... DATA .....

ENCARGO .....

NOME .....

POSTO E CLASSE ..... IDADE ..... N.º .....

I — *QUALIDADES PESSOAIS* (a preencher pelo Conselho de Disciplina)

QUALIDADES	ELEVADA	MÉDIA	FRACA
ESPÍRITO DE DISCIPLINA			
ESPÍRITO DE CAMARADAGEM			

pelo Conselho de Disciplina

.....

II — *QUALIDADES PROFISSIONAIS* (a preencher pelo Comandante)

QUALIDADES	ELEVADA	MÉDIA	FRACA
COMPETÊNCIA PROFISSIONAL			
DEDICAÇÃO AO SERVIÇO			

O Comandante

.....

Tomei conhecimento: .....

ciplina que além de funcionarem como órgãos de conselho consultivo do Comandante em matéria de disciplina, teriam a seu cargo preencher a parte do boletim de informação relativa às qualidades pessoais.

Penso que os Conselhos de Disciplina poderiam ser presididos pelo Imediato ou Subdirector e ter como vogais, dois oficiais subalternos, dois sargentos e duas praças, eleitos pelas respectivas classes hierárquicas.

Nesta hipótese caberia aos ditos Conselhos de Disciplina informar:

a) Os oficiais, sargentos e cabos quanto a INTEGRIDADE DE CARÁCTER, RESPEITO PELOS OUTROS, ESPÍRITO DE DISCIPLINA E ESPÍRITO DE CAMARADAGEM;
b) Os marinheiros e grumetes quanto a ESPÍRITO DE DISCIPLINA e ESPÍRITO DE CAMARADAGEM.

Continuaria o Comandante, ouvida a opinião dos seus Chefes de Serviços, a informar:

a) Os oficiais, sargentos e cabos quanto a INICIATIVA, PRUDÊNCIA, CAPACIDADE DE ORGANIZAÇÃO, COMPETÊNCIA PROFISSIONAL e DEDICAÇÃO AO SERVIÇO;
b) Os marinheiros e grumetes quanto a COMPETÊNCIA PROFISSIONAL e DEDICAÇÃO AO SERVIÇO.

Para que se pudesse alcançar uma das finalidades mais importantes das informações seria indispensável que os informados tomassem conhecimento delas.

4 — QUAIS DEVERIAM SER AS CONSEQUÊNCIAS IMEDIATAS DAS INFORMAÇÕES?

Sugiro as seguintes:

a) Qualquer indivíduo que numa mesma unidade tivesse tido por duas vezes informação de FRACO numa dada qualidade, deveria ser automaticamente transferido para outra unidade, a fim de se poder verificar se o defeito era do indivíduo ou dos informadores;
b) Qualquer indivíduo que pela segunda vez tivesse de ser transferido por força do estipulado na alínea anterior deveria automaticamente ser mandado passar à Reserva ou, no caso de ainda

não ter completado o tempo de serviço a que fosse obrigado, a uma unidade especial;

c) Qualquer indivíduo que na última informação tivesse tido informação de FRACO em uma ou mais qualidades não poderia ser promovido nem nomeado para a frequência de curso, antes da informação seguinte.

Para concluir apresento em anexo sugestões de modelos de boletins que resumem as ideias expostas.

Saturnino Monteiro
Cap.-m.-g.

(In «Anais do Clube Militar Naval», n.ºs 10 a 12, Out./Dez. 74)

Notícias Pessoais

CASAMENTOS

2.º-ten. Rogério António Jorge Guerra com D. Ana Maria Barbosa do Vale Brak-Lamy, em 1-2-75.
2.º-ten. António Nuno da Silva Fernandes com D. Maria Lídia, em 8-2-75.
Asp. FZ RN Rui Miguel Guedes Reis Trigoso com D. Ana Isabel Santos Alegria de Campos, em 24-1-75.
2.º-sarg. H Aníbal dos Santos Deusdado com D. Maria Albina Lopes, em 4-1-75.
2.º-sarg. H Hélio Martins Vieira com D. Maria Cândida Ferreira da Cruz, em 4-1-75.
2151/72/Cabo ARE Álvaro José Pereira Costa com D. Maria Albertina dos Santos, em 11-1-75.
2698/71/Mar. L José da Silva Marreiros Correia com D. Maria Custódia de Novais, em 12-1-75.
1482/72/Mar. T Joaquim Leonardo Barradas com D. Antónia Maria Capela Pegas, em 5-1-75.
2367/72/Mar. T José Manuel da Silva Furtado com D. Glória de Fátima Pereira da Rosa, em 8-2-75.
2025/72/1.º gr. M Álvaro Alves Rodrigues com D. Rosária da Fonseca Pereira, em 4-1-75.
1239/73/1.º gr. FZ Jacinto António Miguel com D. Maria Martins da Silva, em 15-1-75.

PASSAGENS À RESERVA

Sarg.-aj. A Joaquim Carlos Dias Pires, em 8-1-75.
1.º-sarg. A Joaquim de Azevedo, em 8-12-74.
1.º-sarg. CM Joaquim José Beiró, em 8-12-74.
1.º-sarg. A Manuel Peireira Barbosa, em 17-1-75.
1.º-sarg. A Joaquim Silvério da Silva, em 5-2-75.
766/Cabo E Joaquim Manuel Alves Nunes, em 15-1-75.
1368/Cabo CM Leonel Maria da Palma, em 20-12-74.
3112/Cabo CM Casimiro Alves Soares, em 5-12-74.

APOSENTAÇÕES

Em 28-2-75:
Isidoro Coelho Pinto, agente de 2.ª classe do Corpo da Polícia Marítima.
Tomé António de Macedo, cozinheiro do Q.P.C.M.D.N. (M).
Maria dos Santos Mateus, servente da Base Naval de Lisboa.
Custódia Borginho Alcaide Galhós, servente eventual da Escola Naval.

FALECIMENTOS

Cap.-frag. SG RA Salvador Oliveira Carmo, em 3-3-75.
Cap.-ten. SG RA Albino dos Santos Gomes, em 9-2-75.
Cap.-ten. SG RF Leovigildo dos Santos Gomes, em 2-3-75.
1.º-ten. EMQ RA José de Faria e Silva, em 10-2-75.
2.º-ten. SG RA Arnaldo dos Santos, em 16-1-75.
1.º-sarg. A RA Joaquim Falcão, em 9-2-75.
641/Cabo M RA Joaquim Mendes Belo, em 28-1-75.
1766/Cabo CM RA Américo Pinto, em 4-1-75.
623/71/Mar. FZE Jerónimo Ribeiro Alves Cruz, em 25-2-75.
1385/71Mar. FZ Filipe Rosa das Neves, em 6-2-75.
Fernando da Costa Fereira, primeiro faroleiro do Q.P.C.M.D.N. (M), em 19-2-75.

Do Convento das TRINAS ao Instituto Hidrográfico

Átrio do refeitório do antigo Convento. De salientar o monumental lavabo, encimado por rico painel de azulejo simbolizando o Lava-pés na última Ceia de Cristo.

A ORDEM DA SANTÍSSIMA TRINDADE (TRINITÁRIOS OU TRINOS)

A Ordem ou Congregação da Santíssima Trindade teve a sua origem em Marselha (França) e foi fundada por S. João de Matta e S. Félix de Valois no intuito de arregimentar pessoas que se dedicassem ao resgate dos cristãos cativos em poder dos mouros, tendo recebido a aprovação do Papa Inocêncio III em 1198.

Estabeleceu-se em Portugal no ano de 1217, em Santarém, por intermédio de uns religiosos franceses e sob o patrocínio do rei D. Afonso II. Desenvolveu-se com tal rapidez que em 1312 era fundada em Portugal uma Província dessa Ordem, desligada dos padres franceses, sendo seu primeiro provincial frei Afonso Peres.

«Província» era e é uma zona ou parcela eclesiástica autónoma (no âmbito das Ordens Religiosas). Enquanto o número de conventos e de religiosos era diminuto a Ordem ou Congregação dependia directamente da Província Geral (Direcção Geral) de França.

Logo que o número o justificou, e isso observou-se em 1312, fundou-se a Província Portuguesa.

Até essa data edificaram-se o Convento de Santarém a que já aludimos e o Convento de Lisboa, ao Bairro Alto, em 1294, sob o patrocínio da rainha Santa Isabel, o qual viria a tornar-se a sede da Ordem até 1833.
Após o estabelecimento da «Província Portuguesa» ergueram-se ainda os seguintes conventos: Sintra (1400), Lousã (1500), Coimbra (1552), Lagos (1599), Alvito (1656), Setúbal (1669) e ainda o do Livramento em Alcântara, o de Nossa Senhora dos Remédios, ao Rato, em 1721, por iniciativa do cardeal D. Thomaz de Almeida e o *Convento de Nossa Senhora da Soledade, também chamado das Trinas do Mocambo que é precisamente aquele de que nos vimos ocupando e cuja história vamos desenvolver.*

O EDIFÍCIO DA RUA DAS TRINAS

O nome da rua que vai do palácio onde actualmente funciona a Embaixada Francesa até à Lapa vem-lhe do seu antigo Convento, principal imóvel do sítio do Mocambo, assim chamado aquele lugar relíquia da velha Madragoa.
O vocábulo «Mocambo», de origem brasileira, deve ter sido importado após contactos com as terras de Santa Cruz. Trazido do Brasil para Portugal seria o vocábulo levado para terras africanas, havendo bem perto de Lourenço Marques uma localidade com esse nome.
«Mocambo» significa choça onde os pretos se abrigavam quando fugiam para o mato. Dava-se também o nome de «Mocambo» às grandes moitas dos sertões onde o gado se podia abrigar, significando ainda o posto de vigia de todo aquele que tivesse missão de vigiar pela lavoira.
É de admitir uma simbiose desses significados, concluindo que a zona da Madragoa era um dos bairros pobres da antiga Lisboa e talvez alguém depreciativamente, teria chamado mocambo àquela localidade do velho bairro.
O termo Trinas vem de Trindade (do latim Trinitas que deu em português Trindade, Trini, Trina), Ordem a que pertenciam as religiosas que habitavam o Convento que de seu baptismo recebeu o nome de Convento de Nossa Senhora da Soledade do Mocambo, vulgarmente conhecido por Trinas do Mocambo ou apenas o Convento das Trinas.
Foi fundado em 1657 pelo flamengo Cornélio Wendali tendo as primeiras religiosas habitado o edifício em 1661, data da sua conclusão.
De 1661 até 1834 pouco ou nada perturbou a vida conventual das religiosas e, segundo parece, o próprio edifício não sofreu qualquer mutação digna de nota, mantendo-se ainda o seu alçado principal bem como o traçado interior praticamente segundo o molde original.
Disso nos pudemos certificar na obra «Monumentos Sacros de Lisboa» da autoria de Luiz Gonzaga Pereira. Datada de 1833, foi essa obra inspirada no manuscrito 215 da Secção dos Reservados da Biblioteca Nacional e também, segundo parece, nas Obras do Padre António Carvalho da Costa e de Cristóvão Rodrigues de Oliveira que escreveram sobre a antiga Lisboa.
Por Decreto de 8 de Maio de 1834, foram extintas, como sabemos, todas as Ordens Religiosas Masculinas, ficando os padres com uma pensão vitalícia paga mensalmente, mas que, ao que parece, na sua maior parte nada chegaram a receber.
Os conventos das religiosas, e no caso concreto o Convento das Trinas, aguardavam um novo vendaval que viria desencadear-se trinta anos mais tarde.
A 6 de Outubro de 1864 saía um decreto que mandava encerrar o Convento e era garantida uma pensão de vinte mil réis mensais às únicas religiosas que nessa data habitavam o Convento. Eram elas as irmãs Maria Bárbara do Carmo, Bárbara Joaquina da Piedade, Maria do Carmo de Santíssimo Sacramento e Maria Rita dos Prazeres. Sabe-se que nesse ano e já no ano anterior (1863) era prioreza a Soror Maria Bárbara do Carmo e escrivã a Soror Bárbara Joaquina da Piedade, como consta por alguns documentos assinados e existentes no Arquivo Geral da Fazenda Nacional.
Com a extinção do Convento foram confiscados todos os seus bens embora as alfaias sagradas fossem entregues à autoridade eclesiástica como explicitava o documento de 19 de Outubro de 1864 dirigido ao Ministério e Secretário da Fazenda Pública. Um inventário feito em 29 de Janeiro de 1859 dá-nos conta dos inúmeros bens doados ao Convento e que rendiam 1.996$968 réis anuais.
Esses bens estavam espalhados pelas freguesias de Alcântara, Arruda, Oeiras e Vila França de Xira. Desses, talvez os mais valiosos eram os imóveis denominados «Casal da Boa Vista e de Buenos Ayres» doados pelo duque do Cadaval, D. Nuno Álvares Pereira, em 1662, «aos quatro dias do mês de Julho», segundo procuração passada nesse mesmo dia e ano, na Rua de S. Bento, freguesia de Santos. Aquando da supressão do Convento em 1864, D. Maria da Piedade Caetano Álvares Pereira, mulher de D. Jayme de Melo, senhores da Casa de Cadaval mandou uma contra-fé à Fazenda Pública declarando-se legítima possuidora desses bens pela supressão do Convento, uma vez que D. Nuno Álvares Pereira tinha deixado os bens com a cláusula de reversão logo que deixasse de existir o Convento.
Em 28 de Julho de 1865, dos Negócios da Fazenda, afirmam que os bens voltam provisoriamente para o Estado.
Dos imensos bens doados ao Convento fazia parte uma propriedade sita na Travessa do Pé de Ferro na qual residiam o capelão e demais pessoal que servia o Convento.
O último inventário feito em 1875 e realizado na Fazenda Pública foi assinado por Leça da Veiga, padre Raimundo dos Anjos Beirão, Estanislau Duarte Ferreira, Joaquim Gregório Nunes Prieto, Manuel Nunes dos Reis.

APÓS 1864 – A SUA CONTURBADA HISTÓRIA

Apesar do Decreto de Supressão, as religiosas continuaram no Convento. A última religiosa morreu a 14 de Janeiro de 1878. *O capelão Raimundo dos Anjos Beirão era também capelão da Ordem da Penitência e talvez por isso um decreto de 11 de Outubro de 1876 concede às Irmãs Hospitaleiras da 3.ª Ordem da Penitência de S. Francisco de Assis, provisoriamente, uma parte do edifício, sendo-lhe concedido todo o edifício, e até a própria cerca pela carta de Lei de 9 de Julho de 1885. Das irmãs da Santíssima Trindade ou Trinas passou o Convento às Franciscanas da 3.ª Ordem de S. Francisco.* Estas irmãs tinham a sua Casa Mãe em Calais (França). Com as primeiras religiosas portuguesas entradas para essa Ordem, funda-se em Portugal a Congregação, primeiramente com sede em S. Patrício, Alfama, e em 1877 mudaram a sua Casa Mãe para o Convento das Trinas ficando as religiosas muito contentes pelo facto, já que o orago do Convento das Trinas era o mesmo do Convento de Calais – Nossa Senhora da Soledade ou das Dores.

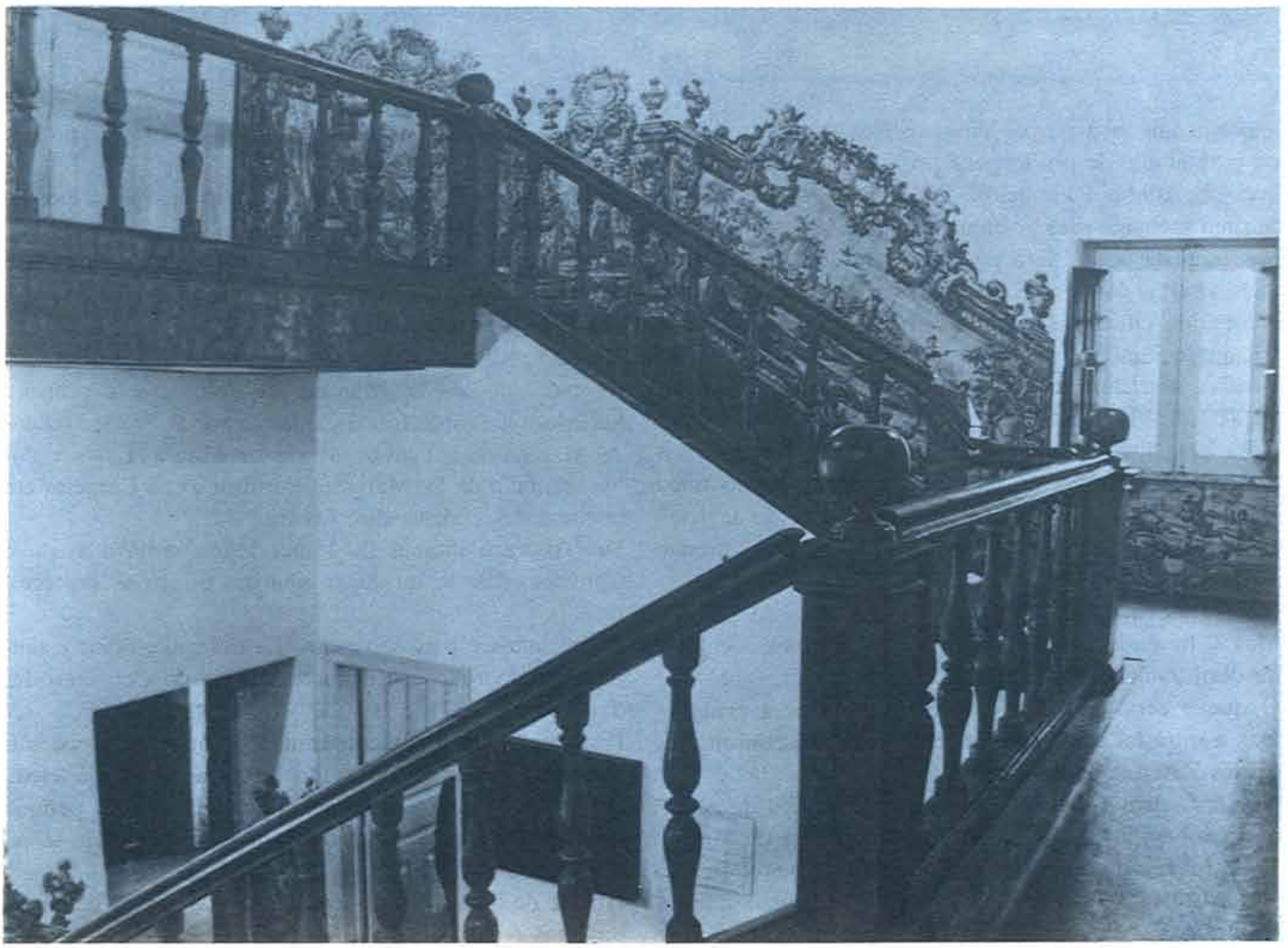
Para que a Casa Mãe se instalasse no Convento das Trinas muito contribuiu a acção do Patriarca de Lisboa, D. Inácio, sendo, no entanto, a acção apostólica do capelão Raimundo dos Anjos Beirão quem maior influência exerceu para tal facto.

O padre Beirão era o mais novo de quatro irmãos, todos médicos, tendo um deles sido convidado por el-rei para a presidência do Governo. Seu pai era professor de Humanidades em S. Vicente de Fora. Tal foi a auréola que o ornava e o elevado conceito em que toda a gente do reino o tinha que foi imensamente chorado por toda a Lisboa assistindo ao seu funeral o próprio Núncio Apostólico de Sua Santidade.

Dele está escrito nas Crónicas das Irmãs Terceiras Regulares de S. Francisco de Assis, cujo exemplar original se encontra no Arquivo da Torre do Tombo, que *«no seu ministério poderá ser igualado mas não excedido»*. De salientar um pormenor curioso: *o capelão Raimundo dos Anjos Beirão era também, concomitantemente, capelão da Armada Portuguesa.*

Durante o período de 1877 até 1910, período em que o Convento foi ocupado pelas irmãs franciscanas, tornou-se teatro de diversos episódios, mais ou menos indevidamente e maliciosamente explorados e que fizeram correr tinta em todos os jornais do Reino e no estrangeiro, nomeadamente em Espanha e Inglaterra. Tal foi o episódio da irmã Colleta, explanado superabundantemente no jornal «O Século». A boa irmã Collete, vítima de uma calúnia que mais tarde foi devidamente desmascarada

Escadaria de acesso ao coro conventual.



Pormenor do tecto do coro conventual – Coroação de Nossa Senhora.

andou, como poderíamos dizer de Herodes para Pilatos, ou pior ainda, de prisão para prisão, não escapando sequer ao Aljube e Limoeiro. Tudo porque a pobre irmã deu um lachante de sal amargo (sulfato de soda) a uma educanda de nome Sara de Matos em consequência do qual viria a morrer. E daí as mais incríveis calúnias. A referida educanda, Sara de Matos, era filha de uma amante de um tal senhor João Pereira Pinto Pestana Goulão, moradora, como hospedeira, num quarto andar da Rua da Prata.

Rosa de Oliveira, natural de Vila Verde (Prado), dos arredores de Braga, era o nome que no mundo tinha aquela que, depois de professar, tomou o nome de Irmã Collete, talvez por devoção à Santa que tem esse mesmo nome.

Não faltou quem a caluniasse de assassina de Sara de Matos, havendo também quem a não poupasse à calúnia de desfloramento da educanda.

O que é certo é que o caso deu «pano para mangas» mas a irmã foi declarada inocente pelo Jurisconsulto dr. Carlos Zeferino Pinto Coelho.

Não só a Irmã Collete conheceu os horrores da prisão mas também a Madre Superiora Maria Clara do Menino Jesus foi levada ao banco dos réus no Tribunal da Boa Hora. Um tal senhor Macedo, segundo os crónicos, apresentou uma acção em Tribunal contra a Madre Superiora exigindo-lhe o pagamento de uma dívida monetária que ela não tinha contraido.

No entanto, se por um lado surgiram ataques à pequena comunidade das irmãs franciscanas das Trinas por outro, e isso em maior número, surgiram a simpatia e o apoio da população da cidade que muito admirava e acarinhava as religiosas.

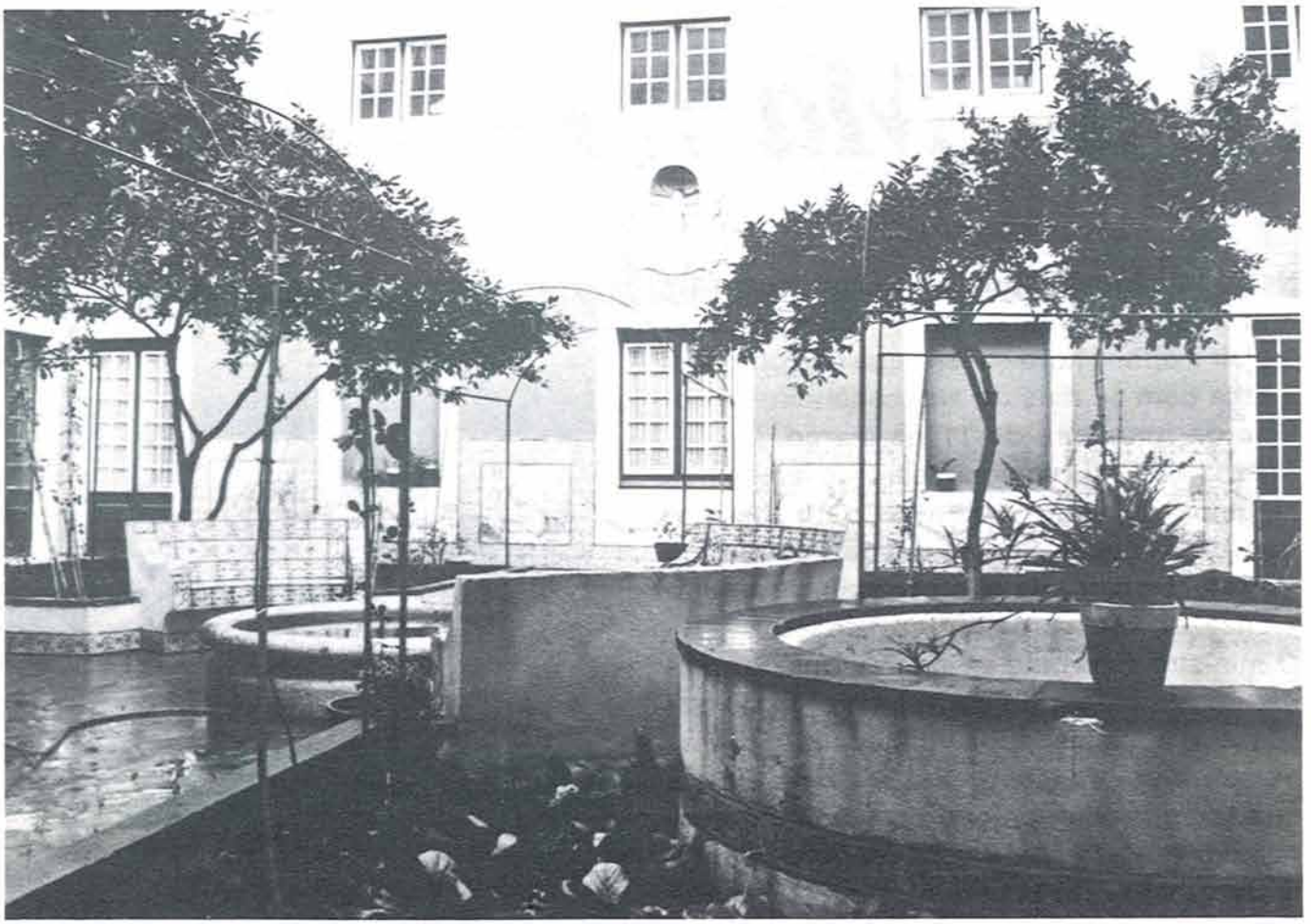
Ali veio professar a filha dos marqueses de Távora (mortos por mandato do Marquês de Pombal) e a primeira Superiora das irmãs franciscanas filha de D. Nuno Thomaz de Mascarenhas Galvão. Mexia de Moura Telles e Albuquerque e de D. Maria da Purificação Sá Carneiro era tambem descendente dos Távoras.

Sua Alteza a infanta D. Isabel Maria visitava muito o Convento dele se tornando uma das principais protectoras.

Enfim, altos e baixos, vendaval e quietude, ódios e simpatias, tudo rodeou a efémera história do Convento das Trinas entre 1877 e 1910.

Para completar a sua conturbada história ainda poderíamos acrescentar as obras de restauro levadas a efeito em 1885 e ainda um conserto geral em 1895, período que obrigou as irmãs franciscanas a albergarem-se no Convento de Arroios.

Apesar de tudo as incansáveis religiosas não se detinham nas suas realizações.



Claustro conventual. De salientar a riqueza dos seus painéis em azulejo.

Em 1910 elas tinham erguido 23 casas, sendo sete colégios, cinco asilos, oito hospitais, duas creches e uma escola de enfermagem, tendo também casas em Luanda, Cabo Verde e Bissau.

Por tais feitos, concedeu o próprio Papa Leão XIII que então reinava, grandes privilégios ao Convento das Trinas. Porém, a implantação da República viria a mudar um pouco as coisas.

Em 11 de Janeiro de 1911 pela Direcção Geral de Instrução do Ministério do Interior foi dirigido um ofício às religiosas dizendo que o Ministério da Justiça queria que o edifício fosse entregue ao Ministério do Interior para servir de escola de instrução normal.

Mas logo em 26 de Fevereiro de 1912 é autorizada a entrega do «anexo» e uma sala contígua para a instalação do Posto Antropométrico Central de Lisboa (arquivo de Identificação) e três meses depois, pelo Decreto 108 de 9 de Maio de 1912 são concedidas à Federação Nacional das Associações de Socorros Mútuos as dependências do Convento necessárias para a montagem de um posto médico, farmácia e escritório.

Em 1914, no dia 9 de Abril, é feito novo auto de posse, pela Fazenda Nacional do edifício do Convento, cerca, lavandaria e dependências.

E as constantes mutações sucediam-se ininterruptamente. Em 12 de Fevereiro de 1917 o Ministério da Guerra toma posse do pavimento superior do edifício do Convento, cuja cedência, a título provisório, foi solicitada para alojamento do Grupo de Companhias de Saúde. Em 7 de Novembro de 1917, o mesmo Grupo de Companhias de Saúde toma posse do 2.º pavimento, igreja e coros.

A cerca do Convento foi entregue a D. Maria Graziela Álvares Pereira de Melo em 9 de Outubro de 1926, o que nos leva a concluir que os próprios terrenos onde foi construído o Convento eram também pertença da Casa de Cadaval que ao Convento legou, pelo duque D. Nuno Álvares Pereira os Casais da Boa Vista e de Buenos Ayres.

Por despacho de 12 de Maio de 1927 é autorizada na Igreja do Convento a instalação do Arquivo dos Feitos Findos e em 14 de Novembro de 1934 é cedida uma das salas do rés-do-chão do edifício ao Arquivo de Identificação de Lisboa. Também o Arquivo Geral da Fazenda Nacional aí teve até há pouco uma secção do seu Arquivo.

INSTITUTO HIDROGRÁFICO

Em 18 de Fevereiro de 1969 deflagrou um incêndio nas instalações do Instituto Hidrográfico que ocupava uma

(Continua na pág. 20)

11 de Março – MAIS UM

Neste número, em que comemoramos o 1.º aniversário do «25 de Abril», conseguimos incluir à última hora – a entrega dos originais é feita com 30 dias de antecedência – a notícia da intentona de 11 de Março.

Acerca dos acontecimentos, transcrevemos algumas palavras proferidas pelo ministro da Comunicação Social, capitão-de-fragata Correia Jesuino, na sua conferência de Imprensa do dia 12 de Março passado.

O ministro referindo-se à intentona, afirmaria: «A atmosfera de convulsão e de desassossego desencadeada ultimamente foi uma manobra da reacção. Essa atmosfera foi criada pela deterioração do ambiente económico e social, pelo desencadear de múltiplas greves, por uma contestação da autoridade». Mais adiante: «É evidente que esse clima só poderia aproveitar à reacção, àqueles que ainda sentem a nostalgia do passado.»

«O 11 de Março – acrescentaria o comandante Correia Jesuino – não foi um golpe militar representativo de divisões profundas no seio das Forças Armadas. Foi um golpe desencadeado por um grupo minoritário, altamente reaccionário, constituído por pessoas com um currículo já estabelecido. Inclusivamente, algumas dessas pessoas já tinham sido saneadas das Forças Armadas. Outras, são pessoas cujo excesso de zelo já era conhecido antes do 25 de Abril.»

Sobre o esmagamento da intentona contra-revolucionária, de que há a lamentar a morte de um soldado e o ferimento de cerca de 20 militares, vítimas do ataque de aviões e helicópteros ao R.A.L. 1, o ministro diria: «A resposta ao nível do Povo e das Forças Armadas foi plena de êxito, motivo pelo qual devemos estar orgulhosos. Cabe aqui salientar a eficiência, a precisão e a prudência com que actuaram as Forças Armadas.»

Posteriormente, aquele membro do Governo

MA BARREIRA VENCIDA

Provisório, acrescentaria: «O Povo Português contribuiu enormemente para que o 11 de Março fosse um dia de vitória para o M.F.A.»

Como consequência imediata de mais este triunfo do M.F.A., a Junta de Salvação Nacional e a Comissão Coordenadora do M.F.A. decidiram, em reunião que começou às 18 horas do dia 11 e que haveria de terminar cerca das 9 do dia 12, a institucionalização imediata do M.F.A., que se traduziria na criação do Conselho Superior da Revolução (composto por 24 militares) – de que fazem parte todos os membros da Junta de Salvação Nacional, alguns elementos da Comissão Coordenadora do Programa do M.F.A. e outros designados pelo M.F.A. – que terá funções idênticas às do Conselho de Estado, que foi extinto. Foi também criada a Assembleia do M.F.A., que resultará de uma remodelação da Assembleia de Delegados, e dela farão parte oficiais, sargentos e praças dos três ramos das Forças Armadas. Do referido Conselho Superior da Revolução fazem parte os seguintes oficiais da Armada: vice-almirante Pinheiro Azevedo, vice-almirante Rosa Coutinho, capitão-de-fragata ECN Martins Guerreiro, capitão-tenente Almada Contreiras, primeiro-tenente EMQ Miguel Judas e primeiro-tenente MN Ramiro Correia.

À data que escrevemos este apontamento – 15 de Março – é de assinalar a primeira grande resolução do Conselho Superior da Revolução, que aprovou «a Lei mais revolucionária que jamais foi promulgada neste País» – a nacionalização da Banca.

M. Horta
Sarg.-aj. L

(Continuação da pág. 17)

área de 4870 metros quadrados no Ministério da Marinha.

Em Fevereiro fizeram-se as primeiras diligências para que o edifício do Convento das Trinas fosse cedido ao Instituto Hidrográfico.

Pelo ofício n.º 531, de 21 de Fevereiro de 1969, foi feito o pedido oficial para a instalação provisória do Instituto ao director-geral da Fazenda Pública que teve despacho favorável através do ofício n.º 1801/4-CD-37, de 26 do mesmo mês e ano, chamando-se, nesse ofício, a atenção a ter para com os documentos que o Arquivo Histórico do Ministério das Finanças tinha no Convento das Trinas.

Para aí foram mudados todos os serviços do Instituto à excepção do Serviço de Oceanografia que temporariamente ficou instalado na Junqueira, em dependência da A.G.P.L. (antigo pavilhão Morrison Kundsen), da Secção de Geologia que foi instalada no Aquário Vasco da Gama, da Secção de Química e Biologia, instalada no Farol da Guia. Os Serviços de Assistência Oficinal foram também instalados, provisoriamente, na Direcção-Geral de Faróis, em Paço de Arcos.

A pouco e pouco, com a adaptação de algumas divisões do antigo Convento e com novas obras que se foram sucedendo, realizadas na cerca do edifício, para aí mudaram, em definitivo, todos os serviços do Instituto Hidrográfico. As adaptações feitas, felizmente, em pouco alteraram a configuração interna e externa do edifício.

As novas obras, feitas nas dependências do antigo Convento, hoje chamadas «anexos», abrigam determinados serviços nomeadamente o S.A.O., a tipografia, laboratórios, «self-service», etc.

Na data em que o Instituto se instalou no Convento das Trinas exercia as funções de director o capitão-de-mar-e-guerra Pinho e Costa sendo seu actual director o contra-almirante Barahona Fernandes.

O PORQUÊ DE UMA RESENHA HISTÓRICA

Não conhecia o Convento das Trinas. Nele entrei, pela primeira vez em Maio de 1974 e onde continuei a entrar, todas as sextas-feiras, visitando o pessoal que aí presta serviço, não já as enclausuradas contemplativas das Trinas do Mocambo mas sim o laborioso pessoal do Instituto Hidrográfico.

E logo na minha primeira visita, num breve deambular pelos corredores, biblioteca, claustro, coro, celas, etc., me surgiu a ideia de desvendar um pouco da história daquela velha relíquia conventual.

Essa ideia foi de pronto passada à acção com o apelo do director do Instituto.

Prometi. E aqui deixo o cumprimento da minha promessa num trabalho que não é de minúcia histórica, muito menos um trabalho de investigador habituado aos alfarrábios poeirentos e carunchosos das bibliotecas. É apenas um resumo do muito que poderia dizer-se sobre a história do Convento das Trinas, mas o suficiente para dar a conhecer a casa que neste momento habitamos e que é nossa.

Muito me serviram para isso a compreensão e as facilidades concedidas em pesquisas efectuadas na Biblioteca Nacional, no Patriarcado de Lisboa, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, no Arquivo Geral da Fazenda Nacional, na Direcção-Geral dos Monumentos Nacionais e ainda nalgumas bibliotecas particulares.

Delmar Barreiros
Capelão graduado em 1.º-tenente

Voz da Abita

UM LAMENTO!... UMA IDEIA!...

As considerações finais do artigo da autoria do Exmo. Director da «Revista da Armada» publicado no número de Janeiro a propósito da falta de assistência às cerimónias de «Homenagem aos Mortos da Aviação Naval», prestada em 15 de Novembro do ano transacto, dia em que fez cinquenta anos que desapareceu no Mar do Norte o comandante Sacadura Cabral, pelos «oficiais do Grupo de Trabalho da Aviação Naval encarregados da Secção de Aeronáutica do Museu de Marinha», vieram reforçar o que há longo tempo pensamos das organizações levadas a cabo em vários sectores da Armada que pela mentalização imposta pelo anterior regime, se reservavam a privilegiados, cautelosamente escolhidos, sendo vedada a participação a todos os que, mesmo de igual categoria ou superior, não eram «pessoas gratas» e, portanto, indesejáveis. Bem entendido que aos inferiores nem à porta era permitido estar, salvo àqueles que, na circunstância, lhes guardavam as costas ou, como nós, lhes abrilhantávamos as solenidades.

Assistimos a muitas, por dever de ofício. E se de algumas trouxemos alguns ensinamentos, de muitas viemos aborrecidos pois o assunto era,

invariavelmente, o mesmo.

Agora, lastimamos que tal continue a acontecer. Em menor escala, felizmente; questão de tempo, supomos. Estamos a viver um período de transição para a realidade chamada Democracia. E são os militares que estão a preparar o Povo para um verdadeiro entendimento do que são as liberdades fundamentais para o bem estar e melhoria de todos e, ainda, para a comparticipação de todas as camadas sociais no desenvolvimento do País. Ora, sendo assim, parece-nos não ter sido a organização daquela homenagem preparada a todos os níveis, com falta de propaganda necessária para conhecimento de todos e, votada ao fracasso no respeitante a assistência que, segundo nos parece, terá sido feita por convites especiais, esquecendo a família dos mortos homenageados e todos os que amam a Armada e nutrem muito respeito pelos seus heróis.

Se assim foi nada há a lamentar, ou melhor, lamente-se a organização – apesar de impecável, no dizer do ilustre articulista – por ter descurado um pormenor de primordial importância: *convite público* para que a homenagem fosse prestada por todos aqueles que, por desconhecimento, o não fizeram.

Não deixando fugir a oportunidade, cabe aqui uma ideia a apresentar aos altos comandos da Armada, mas, antes, façamos um pouco de história: Quando ingressámos na Marinha havia uma «Imprensa da Armada» onde era impresso tudo quanto era necessário ao serviço da Corporação que naquele tempo, salvo erro, tinha um efectivo de 5000 homens.

Não sabemos concretamente quais os motivos que levaram o Ministério da Marinha a acabar com aquele departamento, tendo-nos constado, vagamente, que o movimento não justificava a despesa de manutenção.

É de aceitar que assim fosse, porém, hoje, com um efectivo cinco vezes maior quer no que respeita a militares, quer a funcionários civis e contando com todos aqueles que tendo saído da Armada a ela continuam ligados pelo coração – o que não acontecia naquela época, pelo menos nas hierarquias inferiores, salvo raras excepções – seria de apresentar o problema da reorganização daquele serviço, em moldes mais consentâneos com a realidade actual.

E quando falamos nos que abandonaram o serviço na Armada mas a ela continuam ligados pelo coração, lembra-nos a criação dum jornal, sendo possível semanal, onde viria a lume tudo que não fosse «segredo de estado», realizado ou a realizar na Armada e que serviria para maior união da família naval.

Uma secção comercial encarregar-se-ia de todos os trabalhos tipográficos, desde o simples cartão de visita ao mais complicado, dentro das possibilidades de execução, bem entendido, funcionando como o actual supermercado, ou seja, apenas para o pessoal do Ministério da Marinha ou a ele ligado.

Temos nas nossas fileiras homens com capacidade criadora no campo da literatura que, temos a certeza, dariam os seus trabalhos à «Imprensa da Armada» e raras são as pessoas que não dão diversos trabalhos de tipografia a fazer.

Estamos já a ouvir ragumentar que as despesas com a compra de máquinas, manutenção do pessoal e outra, não compensariam a reorganização daquele serviço, mas temos a impressão que recrutando o pessoal técnico dentro do efectivo da Armada, usando as verbas que actualmente existem para impressos, que são pagas a empresas particulares, da «Revista da Armada», quase que podemos afirmar não haver prejuízo.

E, assim, toda a FAMÍLIA NAVAL andaria informada do que se passava na sua segunda casa, evitando o acontecimento que o Exmo. Director da «R. A.» tão sinceramente lastima.

SEASA
Cabo aux. RA

N. R. – Quanto à homenagem aos mortos da Aviação Naval a que o autor desta carta se refere, esclarece-se que veio anunciada em alguns jornais diários mas sem a antecedência conveniente para que as pessoas dela tomassem conhecimento.

No que se refere à ideia da reactivação da Imprensa da Armada, é conveniente assinalar que o Instituto Hidrográfico está convenientemente apetrechado para fazer quaisquer trabalhos tipográficos, não imprimindo a «Revista da Armada» dado que temos um acordo com a LISGRÁFICA mutuamente vantajoso.

O PRIVILÉGIO DE TUTEAR

Há já algum tempo, escrevi para a «Revista da Armada» comentando o tratamento de «tu», usado por alguns sargentos e a maioria dos oficiais para com as praças. A minha carta não foi publicada visto o cabo M Pezinhos ter escrito um comentário sobre o assunto; contudo acho que deveria ter sido publicada já que o caso era visto por ângulo diferente.

Volto a escrever à nossa Revista, por constatar a aversão que as praças manifestam, cada vez mais intensamente, contra tal tratamento.

Pergunto-me se na verdade haverá paralelo entre a educação e esse tratamento, quando tem por base somente a hierarquia militar. Quando tal tratamento é mútuo nada tem de vexatório, mas quando não é, o «tu» toma a função de marco social.

Apreciemos um caso concreto: Encontramos dois indivíduos conversando, ambos apresentando a mesma idade e sem qualquer outra diferença aparente, contudo notamos que um tuteia o outro, enquanto que esse outro o trata por senhor. Isto nos leva a concluir que pertencem a classes sociais diferentes. Se as diferenças sociais já são notórias, por que motivo se torna necessário vincá-las com mais esse elemento?

Um homem de grande estatura moral considerou vexatório, aviltante e obsceno o tratamento de «tu» usado pelos oficiais e sargentos para com as praças. Esse homem foi o general Humberto Delgado, dizendo nas suas memórias que este assunto foi uma das suas maiores lutas, e comentava que já o general Gomes da Costa se tinha interessado bastante pelo assunto.

Se houver dúvidas sobre a aversão das praças em relação ao referido tratamento, podem verificá-lo estatisticamente em cada unidade de Marinha.

Luís Virgílio J. Peralta
262/69/Cabo E

À ATENÇÃO DAS TELEFONISTAS DO MINISTÉRIO DA MARINHA

Do nosso assinante João Leitão Rodrigues, ex-1.º-sarg. H, enfermeiro-chefe da Caixa de Previdência do Distrito de Viseu, recebemos a carta que transcrevemos:

«Viseu, 10-2-75.
«Senhor Director.
«Poderá calcular com certeza quanto custa «roubar» um minuto na atenção de um profissional, seja qual for a profissão, para tratar de assunto de pouco interesse. É por isso que apresento a V. Ex.ª as minhas desculpas, mas parece-me que devemos dar importância a determinados factos que muitas vezes passam despercebidos a certas pessoas.
«Não calcula o senhor Director a alegria que senti ao ligar o número telefónico 36 89 60! Estava a ligar para o número da minha primeira «casa-escola»!
«O que acabo de escrever não tem importância é verdade. Mas então o que é?
«Pois foi a voz da senhora que me atendeu, que através do telefone mostrou a sua competência profissional, a sua delicadeza, a sua amabilidade, a sua formação, tudo aquilo que define um profissional na «Briosa». Não sei como se chama; só sei que tenho que lhe mostrar a minha gratidão e o meu orgulho por ela pertencer à «Escola da Marinha».
«Pode, pois, a Marinha (quadros militar e civil) sentir orgulho pelo seu pessoal, que mesmo através dos fios mostra o seu «retrato».
«Agradecia que fosse transmitido o meu reconhecimento às telefonistas em serviço no dia em que escrevi esta carta, para que elas também sintam que fora da Marinha ainda estamos com a «malta».

Do nosso assinante e ex-mar. L Agostinho Fardilha recebemos a carta que transcrevemos:

«Esmoriz, 12 de Fevereiro de 1975.
«Embora já civil, é minha intenção continuar a colaborar com a «minha» Revista, na medida das minhas possibilidades e capacidade.
«Sendo assim, junto envio um problema de palavras cruzadas e um «pequeno» poema que é o retrato do que são, ou antes, foram os quatro anos de um marujo. Para ambos solicito a vossa atenção e, se julgarem de interesse ou útil, a publicação.
«Desejo endereçar um grande abraço a todos os «Filhos da Escola», que para mim são todos os marinheiros, pelas liberdades democráticas já conquistadas.
«Com votos das maiores felicidades, sou...»

Desportos

KARA
(VAZIO)

TÉ
(MÃO)

você pratica o KARATÊ?

Em viagem que me levou a tocar terras do Oriente (onde dois ciclones no Índico foram pequeno tributo contra a revelação de interessantíssimos costumes, comportamentos, filosofias de vida, nunca apreendidas em leitura, ou cinema, como na própria vivência) percorria, já um tanto habituado às montras e «música» da rua, extensa avenida de Kowloon, quando me deu para ultrapassar os pequenos portões dum parque que, de fora, mal se adivinhava. Não era extremamente belo, talvez se inclinasse mais para o lado do maltratado, quanto a flores, alamedas e verduras, mas o bulício da cidade desaparecia por completo transpostos os primeiros renques de árvores, parecendo quase magia mutação tão rápida de frenesim cosmopolita para recolhimento bucólico. Lá dentro havia gente que lia, sentada, crianças que brinca-

vam, pessoas que passeavam; havia quem descansasse apenas, estirado na relva, como em todos os parques; havia gente de todas as idades. Eis porém que algo de insólito choca, desperta curiosidade especial. A nós, evidentemente. Mais ninguém desviava a cabeça ou fixava um olhar. Em dois ou três locais de menor movimento, alguns indivíduos pareciam praticar dança ritual, não de conjunto como logo se deduzia, mas para si, alheios uns aos outros, alheios a quem passava, alheios até a nós que os fitávamos, por ser a curiosidade mais forte que a discrição. Homens, mulheres, jovens e não tão jovens iam movimentando braços, pernas, tronco, cabeça, em ritmo lento mas contínuo, obedecendo, como dei conta ao cabo de algum tempo de observação, a esquema semelhante, conquanto não simultâneo, individualizando-se cada qual na sua sequência. Aliviados apenas de algum vestuário mais pesado ou obstrutivo que ali mesmo despiam e punham de lado, pausa de alguns momentos de como que meditação, eis que iniciam a sequência de movimentos que, variada e contínua, não requeria intervalos nem descanso. Não era também, diga-se, violenta mas suave, ondulatória, descontraída, com flexões profundas mas aparentemente «fáceis». Uma alienação natural do mundo circundante, uma entrega total à execução, à sequência, ao ritmo, quase diríamos, à perfeição de cada gesto, de cada detalhe, impressionavam pelo invulgar às nossas pupilas ocidentais.

Soube depois que isto era o «TAI-CHI», espécie de ginástica para manter a forma, cujos movimentos são a base do KARATÉ. Mais sintonisado para a ideia do Karaté luta, do que do Karaté dança ritual, procurei saber e entender o que era na realidade o Karaté. No domínio do comum, sabia ser uma das actividades que o chamado (antigamente) sexo fraco vinha praticando no ocidente civilizado com adesões crescentes pelo ascendente que tal lhe dispensava em relação ao (dito) sexo forte, na medida em que tal tipo de ginástica-defesa de mãos vazias confundia (e não só...) aqueles atributos de força e de fraqueza. E sabia também que vinha do Oriente, identificado pelas palavras componentes da sua designação de origem: Kara – que quer dizer vazio, e Té, que quer dizer mãos.

Podendo ser usado até ao extremo de matar de um só golpe o adversário, o Karaté troca normalmente este desenlace trágico e definitivo pela variante mais humana de reduzir esse mesmo adversário a uma incapacidade ofensiva que o dá sem apelo nem agravo por vencido e convencido. Em estádio preparatório, no entanto, ou de simples manutenção, o Karaté é também excelente prática desportiva. Por ele se descobrem forças próprias normalmente ignoradas, domínio e disciplina de energias, reflexos e concentração. Pode praticar-se em ginásio ou sala ampla. Os japoneses chamam ao recinto que utilizam «Dojo», traduzível aproximadamente por «pista». Requer soalho de madeira lisa sem cobertura onde não é permitido andar calçado. O Karaté pratica-se descalço. Ao contrário do Judo, que demanda em regra um tapete macio para amortecer as quedas, o Karaté

praticar-se «no duro». O quimono é também de tecido diferente, mais leve que o do Judo, mas fechado, consistente, estalando sob os golpes vivos como chicote, som que traduz a qualidade do próprio golpe.

Uma sessão de Karaté deve começar pela fase de aquecimento com duração aproximada de meia hora. A desenvoltura de movimentos é essencial, ou indispensável, não se atingindo a amplitude eficaz antes de completa libertação das «juntas» e do estiramento dos músculos. Quase todos os movimentos se compõem de parte feita em «souplesse» e parte em dureza, tornando-se esta dolorosa, ou desconfortável, senão mesmo insuportável, quando as articulações não estão bem desemperradas. Os golpes de pé não alcançam também suficiente altura enquanto não se consegue a flexão do tronco à frente até que o nariz toque nos joelhos ou a palma das mãos no chão, mantendo, bem entendido, as pernas esticadas. Quando os movimentos se sentem livres, a circulação activada, o corpo quente, passa-se aos movimentos a solo: golpes de punho, posições de defesa, golpes de pé. Cada golpe repete-se umas dez vezes, podendo até aproveitar-se a oportunidade para entrar um pouco no espírito oriental e contar em japonês:

«Ichi, ni, san, chi, so, roku, shichi, hachi, ku, ju.»

O aperfeiçoamento de cada um dos golpes deve ser preocupação constante. O final seco de cada golpe terá uma perfeição traduzida sensivelmente pelo estalar do tecido do quimono, como quem sacode um pano húmido. O exercício a dois proporciona depois, sem dúvida, maior

interesse para o objectivo em vista, fazendo um o golpe de ataque, o outro, o golpe de defesa. Se ambos estão correctos, não resultará dano para qualquer das partes; de contrário, poderão começar a aparecer umas nodoazinhas negras, tributo da aprendizagem...

Em fase avançada do treino pode praticar-se o jogo com todos os golpes livres, tomando cuidado apenas de não os levar ao ponto de abater o adversário. Perante um parceiro que queira sobressair-se um golpe ao estômago ensinar-lhe-á o gesto da humildade (componente importante da inteligência, como diz a sabedoria oriental...)

O final da sessão consiste geralmente de uma série de golpes sem interrupção, como que dirigidos a vários atacantes ou adversários que se imaginam a rodear o lutador; são os «katas» – gestos mecânicos, precisos, rigorosos, como dança guerreira, que, à vista, ganha efeito plástico admirável.

No espírito de todas as práticas orientais de exercícios físicos a saúde é objectivo que se integra na preparação e treino do Karaté. A aquisição de um bom ritmo respiratório e o seu ajustamento a todos os golpes são extraordinariamente benéficos para o organismo. Afirmaram-nos que crianças tuberculosas podem ser curadas quando entregues a um bom mestre de Karaté. Todo o corpo, aliás, beneficia. Os exercícios musculares, sendo de extensão, e não de tracção, firmam e adelgaçam sem desenvolverem. Dissolvem-se as banhas da barriga, endireitam-se as costas, ganha-se confiança em si próprio, adquire-se tranquilidade, autodomínio, equilíbrio moral, dorme-se melhor. No Karaté o espírito esvazia-se de toda a emoção para se concentrar nos movimentos, próprios e do adversário, o que é prática muito salutar para o domínio dos sentidos. Aliás, a sessão deve começar por alguns momentos de meditação em que o espírito se desligue de preocupações, de pensamentos exteriores, da carga emocional que se traga, bem como terminar também por outro período de recolhimento para se dissipar toda a possível emoção de violência que os combates quase inevitavelmente acabam por instalar nos praticantes.

Mãos vazias é a própria essência do Karaté. As mãos são as armas naturais do lutador, seguidas dos pés, dos cotovelos e dos joelhos. O endurecimento dos sectores ofensivos das mãos e dos pés consegue-se batendo regularmente em pequenos sacos de areia, atingindo-se a perfeição quando se consegue partir tábuas, como fazem alguns mestres. Não é indispensável, no entanto, ir tão longe. Conhecer os pontos sensíveis do corpo, alguns dos quais reagem com dor tremenda, paralizante, a golpe de pequena força, é já uma vantagem do lutador. Atente-se que o Karaté é contra a violência. Segundo Lao-Tseu «a perfeição para aquele que comanda é ser tranquilo; para aquele que combate é não se entregar à cólera; para aquele que quer vencer é não lutar». Os filósofos do Karaté insistem que o objectivo do jogo é não vir nunca a utilizar aquilo que se aprende.

Parece que a arte do combate de mãos vazias era praticada já na Índia, na Antiguidade. Com a expansão do Budismo na China, esta arte acompanhou os monges, e floresceu, aperfeiçoou-se. Diz-se que, de início, os praticantes imitam os pequenos gestos ofensivos das aves – dar uma bicada em voo, um golpe leve, vivo, com a pata, e fugir; praticavam as atitudes de descontração e movimento subito dos gatos e dos tigres, o golpe de surpreza da serpente, o coice do cavalo. Interditas normalmente as armas por povos invasores, ganhou subtileza e importância a luta de mãos vazias. No Japão acabou por ser cultivada por mestres que se tornaram célebres.

O Karaté espalhou-se, nos nossos dias, a quase todo o Ocidente civilizado, e, restrito embora a uns tantos ginásios e a uns tantos curiosos, por não ser de aquisição tão acessível como o berlinde ou o futebol, atinge popularidade, pelo menos, como «segredo» ou habilidade que se desejaria possuir. Não poderiam as Forças Armadas contribuir para a sua divulgação mais popularizada? É uma sugestão que aqui se deixa.

Sousa Machado
Cap.-m.-g.

ESPOSIÇÃO MUNDIAL DE FILATELIA

EXPOSICION
MUNDIAL
DE FILATELIA

Com a designação de «ESPAÑA 75» está a realizar-se em Madrid, entre 4 e 13 deste mês de Abril, a Exposição Mundial de Filatelia que, dado o interesse que despertou, se prevê venha a alcançar o maior êxito. Com efeito, foi de tal modo elevado o número de pedidos de inscrições que a organização se viu na necessidade de proceder a um rateio, já que «apenas» dispunha da possibilidade de expor quatro mil quadros. Apesar disso, foram admitidos cerca de trinta coleccionadores portugueses que estão distribuidos pelas várias divisões do certame.

Considerando os cuidados que os nossos filatelistas sempre dispensam às suas participações, não nos surpreenderá a obtenção de honrosos galardões, o que de resto sucede com frequência quando marcam presença em exposições internacionais.

SELOS DE HÁ CINQUENTA ANOS

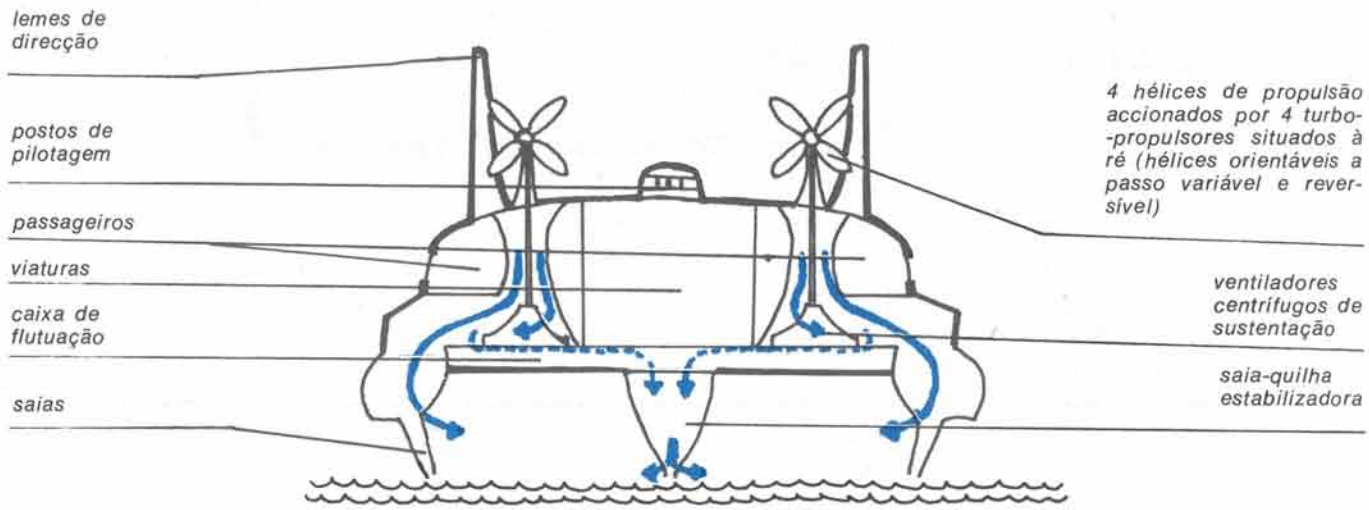
Em 1925 foram postos em circulação em Portugal quatro séries de selos, das quais distinguimos para este apontamento a que o ilustra. Na verdade, trata-se de um conjunto de selos curioso por diversas razões que ainda hoje têm plena validade. Assim, a série designada «Pró-Monumento ao Marquês de Pombal» destinou-se à obtenção de fundos a juntar aos necessários para o pretendido monumento e com os mesmos desenhos foi emitida em todos os territórios portugueses que então tinham emissões privativas. Por outro lado é notório o cuidado posto na sua execução, numa época em que a filatelia não tinha alcançado a projecção que hoje tem o que desde logo está patente nos desenhos que os ilustram, magníficos e muito significativos, que mostram o Marquês de Pombal; o estadista analisando um projecto para a reconstrução de Lisboa, destruída pelo terramoto de 1755 e, finalmente, a maquete do monumento a construir e que hoje podemos observar na praça que na capital tem o nome do homenageado. Podemos ainda adicionar para conclusão deste apontamento que apenas pretende assinalar uma efeméride, a autêntica consciencialização nacional que se verificou para a realização de uma obra sem dúvida espectacularmente bela e grandiosa, de que todos nos podemos orgulhar.

REVISTA FILATÉLICA «FRANQUIA»

Após interrupção forçada por dificuldades várias, reapareceu a «Franquia», o que registamos com muita satisfação. Efectivamente, a já de si pobre literatura filatélica que possuimos sofreria rude golpe a manter-se aquela suspensão, pelo que, com sinceridade, formulamos votos para que o entusiasmo que anima o seu director não desfaleça com o que se conseguirá uma melhor, necessária e esclarecedora divulgação do apaixonante passatempo que é a filatelia.

G. Brandão
2.º-ten. SG

OS NOVOS «GLORIOSOS MALUCOS» dos HOVERCRAFTS



Um dos «hovercrafts» SNR 4 que voa entre Calais, Dover e Bolonha. Como funciona? Os ventiladores projectam o ar sob pressão para baixo do aparelho. Atingida a pressão conveniente, este ar constitui uma almofada de ar que levanta o veículo. Para eliminar as fugas de ar toda a parte inferior do aparelho é rodeada por uma «saia» de borracha. Para avançar dispõe de 4 hélices aéreos. É pilotado como um avião e não como um navio. Tal como os hélices de propulsão também os lemes de direcção são aéreos. Este «hovercraft», que tem a velocidade de cruzeiro de 100 quilómetros/hora, pode transportar 250 passageiros e 30 viaturas. Tem 40 metros de comprimento e 24 de largura. Pesa 160 toneladas. É o maior actualmente em serviço.

Nos dias 21 e 22 de Setembro passado, realizou-se em Calais o primeiro rali internacional de «hovercrafts» ligeiros com a participação de ingleses (21), franceses (3), holandeses e alemães (um de cada). Estas jornadas, organizadas pelo Clube Français des Aéroglisseurs Légers e pela Federação Internacional dos Hovercrafts, tinha por objectivo desenvolver um desporto novo e ainda pouco conhecido, a motonáutica sobre almofada de ar.

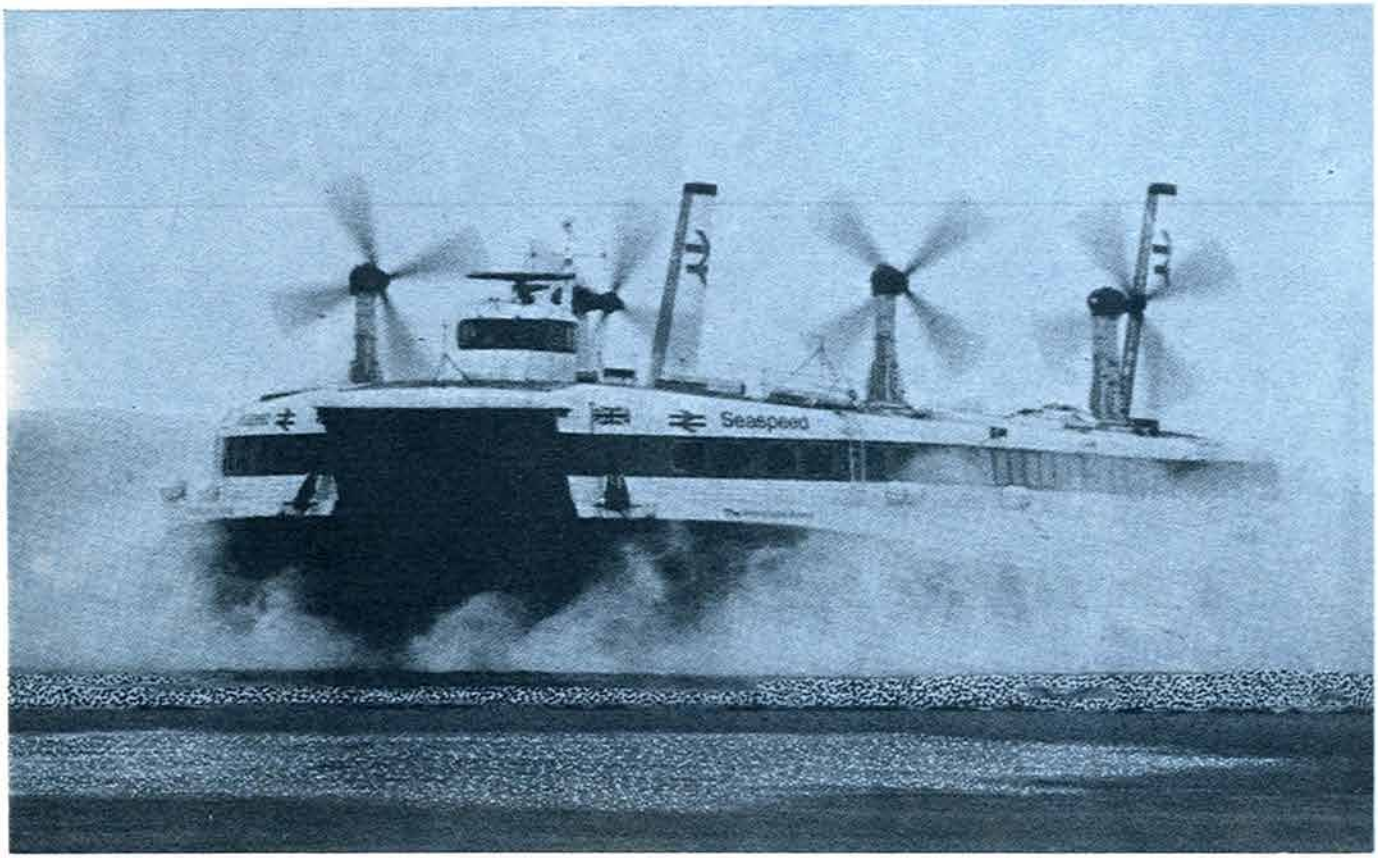
O caminho que leva uma invenção, desde a sua concepção, passando pela fase experimental, até chegar à sua exploração comercial e desportiva, é sempre muito longo. O «hovercraft» não foge à regra. Foi em 1880, que o francês Girard teve a ideia de construir um comboio que se movia sobre almofada de ar o qual percorreu 1400 quilómetros transportando passageiros, durante a Exposição Universal de 1889, em Paris.

Em 1916, o austríaco Degobert Muller Von Thomanhul, construiu um navio lança-torpedos, movendo-se pelo mesmo princípio, o qual atingiu a notável velocidade, para a época, de 40 nós, sem contudo ter ultrapassado a fase experimental.

Partida dos «hovercrafts» ligeiros para as provas de Calais.

Estava-se então ainda longe de imaginar o prodigioso desenvolvimento duma técnica tão audaciosa. para não dizer revolucionária.

O princípio fundamental – eliminar o atrito fazendo deslizar o veículo sobre almofada de ar – foi afinado, nos anos 50, simultaneamente pelo inglês Christophe



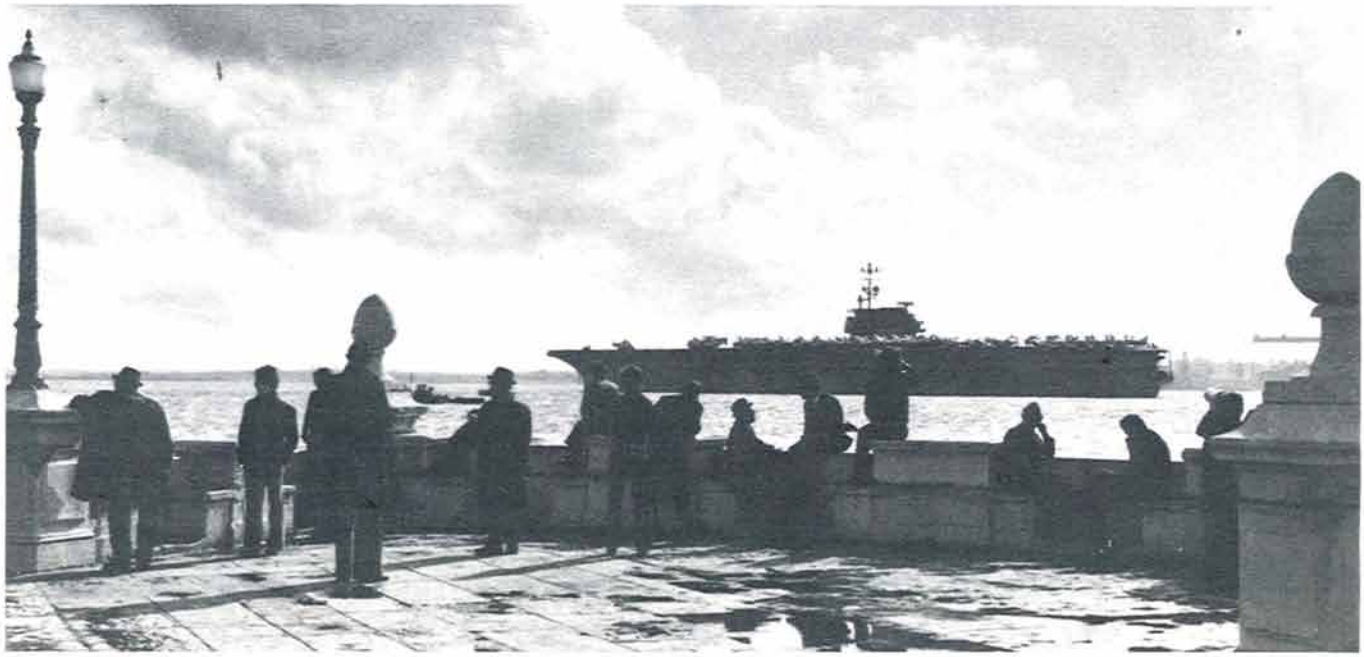
Um SNR 4 prestes a passar do mar para a praia.

Lockerel e o francês Jean Bertin.
No dia 29 de Julho de 1959, dia comemorativo da travessia da Mancha em avião por Luis Blériot, um protótipo britânico, o SNR 1, transpôs pela primeira vez o Canal.
Hoje o «hovercraft» é um meio de transporte consagrado. Basta dizer que pelo hoverporto de Calais, o mais importante da Europa, mais de 4 milhões de pessoas tinham atravessado o Canal sobre almofadas de ar, até fins do ano passado.

O QUE É UM «HOVERCRAFT»

No fundo é uma síntese de técnicas aeronáuticas e marítimas utilizando um novo suporte: a almofada de ar.
Um hélice horizontal aspira o ar e projecta-o com força por baixo do veículo, entre as paredes leves duma saia lateral onde ele redemoinha. O veículo apoia-se nesses redemoinhos e move-se indiferente à natureza do solo. O «hovercraft» é concebido para circular tanto na água como em qualquer espécie de terreno. No entanto este veículo está mais à vontade e é mais rápido no mar do que em terra.
O maior «hovercraft» do mundo, o SNR 4 britânico, atinge a velocidade de 130 quilómetros à hora. São muito manobráveis e suportam ondulação até 3 metros de altura. Com estas qualidades, e tal como os restantes meios de transporte, o «hovercraft» começou a ser aproveitado para competições desportivas.
Em 1924, foi fundado na Inglaterra o Hoverclub da Grã-Bretanha o qual dois anos mais tarde contava já com uma centena de praticantes. No Canadá, nos Estados-Unidos e na Itália, realizaram-se competições que reuniram dezenas de «hovercrafts», construídos por amadores. Em 1968, nasce o Hoverclube francês que tem actualmente cerca de 400 praticantes. A Federação Internacional de Hoverclubes envolve oito associações, vários milhares de adeptos e, pelo menos, 1500 aparelhos, de variadíssimos protótipos, todos baseados na mesma técnica.
Quanto às competições realizadas em Calais, na realidade tratava-se mais de uma demonstração para incentivar o desenvolvimento de tão aliciante modalidade desportiva, do que uma competição na verdadeira acepção da palavra.
Temos de reconhecer, porém, que a motonáutica com «hovercrafts» está ainda na sua «pré-história» pois a técnica é ainda deficiente sujeitando os aparelhos a muitas avarias. Temos pois que saudar com muito respeito estes pioneiros que com coragem e tenacidade estão contribuindo para o desenvolvimento deste prometedor e simpático desporto.

(Tradução livre de um artigo publicado no «Cols Bleus» n.º 1347, de 5 de Outubro de 1974, do comodoro M. do Vale).



EXERCÍCIO AERO-NAVAL «LOCKED GATE»

De 27 de Janeiro a 7 de Fevereiro último, efectuou-se na área do COMIBERLANT e nas zonas oriental e ocidental do estreito de Gibraltar o exercício aero-naval «Locked Gate», em que estiveram envolvidos 29 navios de superfície, 6 submarinos e forças aéreas da NATO.

As forças navais, de que faziam parte unidades da Grã-Bretanha, Países Baixos, Estados Unidos da América do Norte, Canadá, França (cuja participação se fez por sua iniciativa, uma vez que este país se encontra afastado da NATO), Alemanha Federal e Portugal, de entre as quais se destacavam o porta-aviões «Saratoga» e o submarino nuclear «Lapon», ambos dos E.U.A., entraram no porto de Lisboa após o exercício, onde permaneceram até ao dia 12 de Fevereiro, para descanso das respectivas guarnições – cerca de dez mil homens.

Da Armada portuguesa participou no exercício a fragata «Almirante Pereira da Silva».

VISITAS DOS COMANDANTES DA STANAVFORLANT E DA FORÇA NAVAL DOS E.U.A. AO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA ARMADA

O chefe do Estado-Maior da Armada, vice-almirante Pinheiro Azevedo, em representação do chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, general Costa Gomes, recebeu em visita de cumprimentos, no dia 8 de Fevereiro passado, o vice-almirante Forrest S. Peterson, comandante da Força Naval dos Estados Unidos da América do Norte e o comodoro D.

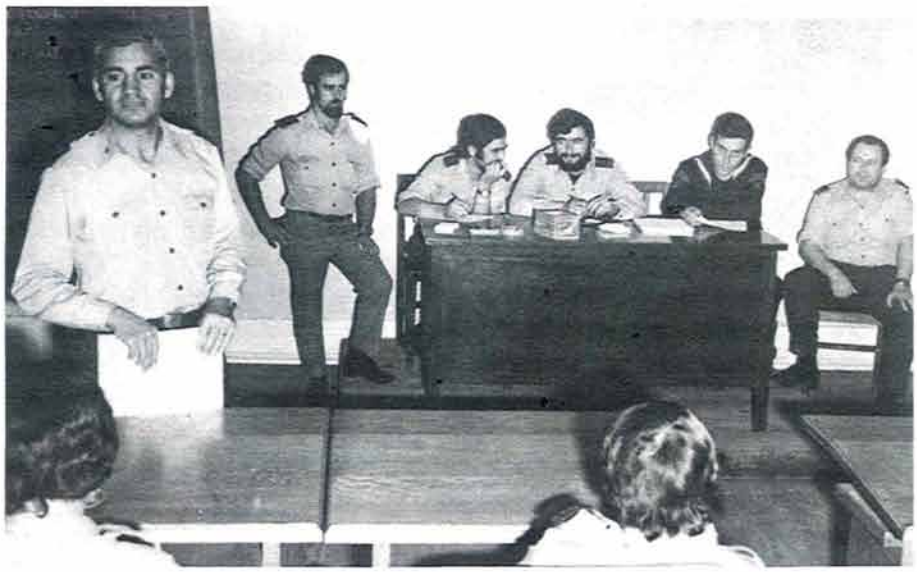
N. Mainguy, comandante da esquadra da STANAVFORLANT, que estiveram no Tejo após o exercício aero-naval «Locked Gate», recentemente realizado no Atlântico.

APROVADOS OS ESTATUTOS DO CLUBE DE SARGENTOS DA ARMADA

Nos dias 15 e 22 de Fevereiro último, realizaram-se no auditório da Escola Naval, no Alfeite, mais duas sessões da assembleia geral do Clube de Sargentos da Armada, tendo sido dado como concluida a aprovação dos respectivos estatutos.

A precederem as reuniões que tiveram a presença de cerca de 200 e 300 sargentos em cada sessão, foi feito o ponto do momento político pelo 2.º-ten. Cunha Lauret, do M.F.A., e pelo 1.º-sarg. ACM Henrique Cruz, da C.R.S.A.

O Clube de Sargentos da Armada tem a sua sede instalada no Largo Trindade Coelho, n.º 21, 2.º, em Lisboa, a qual já se encontra a funcionar administrativamente.



ELEIÇÃO DE DELEGADOS À COMISSÃO DINAMIZADORA DO ASSOCIATIVISMO DE PRAÇAS (CDAP)

No passado dia 20 de Fevereiro, realizou-se nas antigas instalações da Escola Náutica, um plenário de praças da Armada para eleição de delegados dos serviços instalados no edifício do Ministério da Marinha ao 1.º Plenário Geral de Praças da Armada.

A sessão, a que estiveram presentes cerca de 200 praças, serviu também para tratar de outros assuntos de interesse para aqueles militares.

DOIS OFICIAIS DA ARMADA NO GOVERNO PROVISÓRIO

No dia 24 de Fevereiro decorreu no Palácio de Belém a cerimónia de posse dos ministros da Defesa Nacional e da Comunicação Social, capitão-de-mar-e-guerra Silvano Ribeiro e capitão-de-fragata Correia Jesuino, respectivamente, que passaram a desempenhar funções que até esta data e interinamente estavam a cargo do ministro sem pasta Vítor Alves.

A posse foi conferida pelo Presidente da República, tendo assistido o Primeiro-Ministro; o ministro sem pasta Vítor Alves; outros membros do Governo Provisório; elementos da Junta de Salvação Nacional; chefe do Estado-Maior da Armada, vice-almirante Pinheiro Azevedo; oficiais da Comissão Coordenadora do M.F.A. e outras individualidades.

O SEGUNDO COMANDANTE DO SACLANT VISITOU O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA ARMADA

O chefe do Estado-Maior da Armada, vice-almirante Pinheiro Azevedo, recebeu em visita de cumprimentos, no dia 24 de Fevereiro findo, o contra-almirante inglês Jungils, segundo comandante do SACLANT, que recentemente esteve em Portugal.

SESSÃO DE ESCLARECIMENTO POLÍTICO

Promovida pelo Grupo de Dinamização Interna realizou-se, no dia 27 de Fevereiro último, nas antigas instalações da Escola Náutica, no Ministério da Marinha, uma sessão de esclarecimento político para os sargentos e praças da Armada dos serviços em funcionamento no Ministério.

Na reunião, que durou cerca de quatro horas e teve a presença de algumas centenas de militares da Armada, foram tratados os seguintes pontos:

«Evolução política do País desde o 25 de Abril ao momento actual» pelo capitão-de-fragata Vilhena de Mendonça, do M.F.A., que em pormenor e com grande número de exemplos dissertou sobre o que tem sido a luta travada pelo M.F.A. a fim de garantir a execução do seu Programa, no caminho da socialização da Nação; «Informação» pelo capitão-de-fragata AN Freire Montez, director-geral da Informação, que sucintamente traçou o que é e o que era antes do 25 de Abril a Comunicação Social e o que tem sido a luta do Governo Provisório no sentido de evitar que os órgãos da Informação estejam ao serviço exclusivo ou abusivo deste ou daquele partido político; «Estrutura do M.F.A. e a sua institucionalização» pelo capitão-de-fragata ECN Martins Guerreiro, do M.F.A., que em breves palavras relatou concisamente os motivos que levaram o M.F.A. a desejar a sua institucionalização, institucionalização essa que será o garante da realização do programa de justiça social e de democratização a que o Povo tem direito e as conversações havidas com os movimentos políticos para a concretização daquela institucionalização; «Campanhas de Dinamização» pelo cabo S Geraldo Lourenço, delegado de unidade da C.D.A.P., que explanou como são organizados e formados os grupos dinamizadores das Forças Armadas que têm actuado junto das populações rurais e sobre o grande atrazo, a todos os níveis, destas mesmas populações, bem como a exploração a que têm sido sujeitas.

A seguir a cada tema tratado houve o habitual diálogo de perguntas e respostas, que decorreu com elevado interesse e entusiasmo.

Presidiu à reunião o capitão-de-mar-e-guerra Abel de Oliveira, da C.B.E. dos serviços instalados no edifício do Ministério da Marinha.

NOVO PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL MILITAR

O Presidente da República, na sua qualidade de chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas conferiu posse no passado dia 25 de Fevereiro no Palácio de Belém, ao novo juiz-presidente do Supremo Tribunal Militar, vice-almirante Tierno Bagulho.

No acto, o general Costa Gomes pôs em relevo a importância daquele Tribunal Supremo, órgão de administração da justiça no âmbito militar e também departamento consultivo do chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas.

Quarto de Folga

FOTÓGRAFO DE OCASIÃO

Quando andei na hidrografia de Cabo Verde e na brigada de portos, para patrão do gasolina, tínhamos um homem de categoria à parte.

Algarvio de poucas palavras, o que é raro, com um sexto sentido para as coisas do mar, não precisava mais do que ouvir o que os oficiais diziam a respeito de como estavam os seus ângulos, da direita ou da esquerda, para, sem mais ordens ou indicações, rumar o gasolina para o ponto da sonda, com uma precisão que espantava legitimamente todos aqueles que bem sabiam quanto custava fazer tal habilidade.

Juntava a esta virtude muitas outras, onde aparecia, com absoluto relevo, uma graça natural, que explanava com saídas e atitudes cheias de espírito, feitas com toda a discrição, sem partir um prato, como se costuma dizer.

De uma vez andava a brigada de portos percorrendo a orla costeira do porto de S. Vicente de Cabo Verde, tomando nota dos acidentes de pormenor da linha da costa e, por isso, usava-se frequentemente mudar do uso de sextante para o do telémetro e deste para a prancheta, onde se assinalavam os acidentes e valores de sonda.

Do que vimos dizendo resultava ser, o tal cabo, de quem vimos fazendo referência, periodicamente chamado a aguentar com o sextante, enquanto o oficial não precisava dele.

Escusado será dizer que, tal grupo de trabalho, já tinha atraído a atenção de numerosos pretitos que, sorridentes, matavam o tempo, observando o que faziam os marinheiros do navio hidrográfico.

Comecei a notar, a certa altura, que o cabo, sempre que estava detentor do sextante, com certeza para se divertir, o levava ao olho direito, manobrava-o como quem observa, dirigindo a sua mirada para um pequenito qualquer de sua escolha e, depois de dar um pequeno estalido com a língua, murmurava a meia voz «já está». De seguida dizia qualquer coisa ao ouvido do pequenito visado e este abalava a correr. A cena ia-se repetindo com outros e outros pretinhos, que vinham engrossar o bando, parecendo até que, os que abalavam, mandavam os que chegavam.

Eu, por mais que conjecturasse, não conseguia perceber do que se tratava, mas via que o cabo se ia divertindo à grande.

Não sei como resisti à tentação de lhe perguntar o significado daquilo tudo, mas como as coisas tinham um carácter particular e ele simulava segredo perante mim, não quis dar parte de curiosidade e confiança e calei-me, calculando que não mais saberia o que aquilo significava.

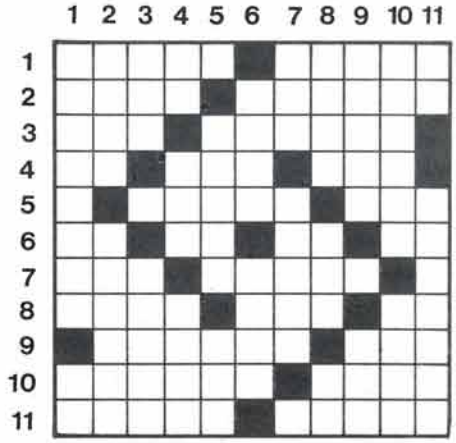
Enganei-me. No dia seguinte tudo se esclarecia.

Na Capitania havia uma multidão de garotos, reclamando junto do Patrão-Mór a fotografia que o «snr. Cabo tinha tirado no dia anterior e dissera para ir lá buscar, que o senhor Patrão-Mor dava».

O Patrão-Mór ia dando em doido, mas não podia fazer nada porque o Cabo era do tempo dele e há certas coisas que se têm que aturar aos «filhos da escola».

Capt. Zurara

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 – Sumo fervido de alguns frutos; mentira (fam.). 2 – Caução; excites (fig.). 3 – Tecido finíssimo (pl.); membrana serosa que envolve as costelas e o bofe. 4 – Distrito de Setúbal; camareira; chiste. 5 – Limpara o forno; buraca. 6 – Prefixo de negação; outra coisa; graceja; antes de Cristo. 7 – Aguardente de melaço; arca grande com gavetões. 8 – Imposto de trabalho; nocivo (inv.); ante meridiano. 9 – Limpeza; salto brusco do cavalo. 10 – Cobrir de arames; lavrar. 11 – Botoeiras (fig.); praça pública entre os gregos.

VERTICAIS: 1 – O ponto mais fundo dos tanques; antes de Cristo. 2 – Fracções de uma unidade; variara. 3 – Bens de fortuna (fig.); estros. 4 – «Diário de Lisboa»; três vogais iguais; dificuldade em respirar. 5 – Bebedeira (pop.); três letras de lesas. 6 – Formar em alas (ant.); cair pela base. 7 – Ainda; parte elevada da sela. 8 – Acusados; andavam; símbolo da prata. 9 – Espécie de andorinha; cauda. 10 – Dá maior lustre; mamífero desdentado espécie de tatu. 11 – Artigo feminino plural; dispuzera em camadas.

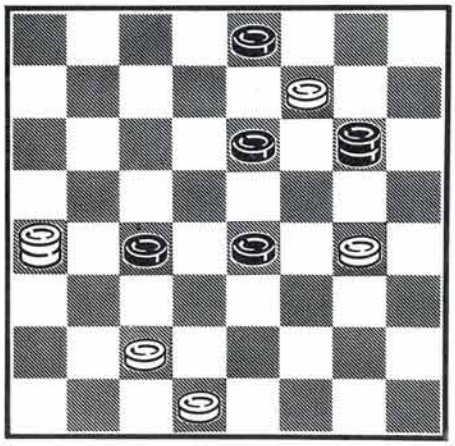
Carmo Pinto

(Solução na pág. 34)

1.º-sarg. H

DAMAS

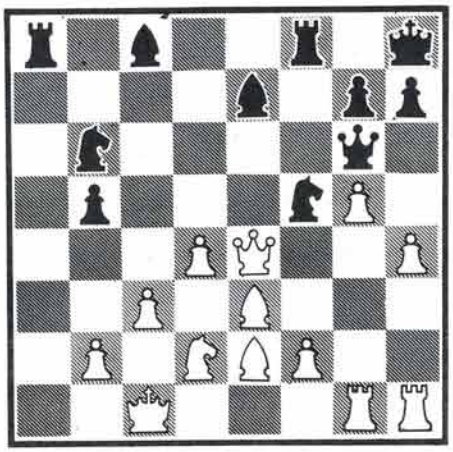
(Solução na pág. 34)



Jogam as brancas e ganham.

XADREZ

(Solução na pág. 34)



As pretas jogam e ganham

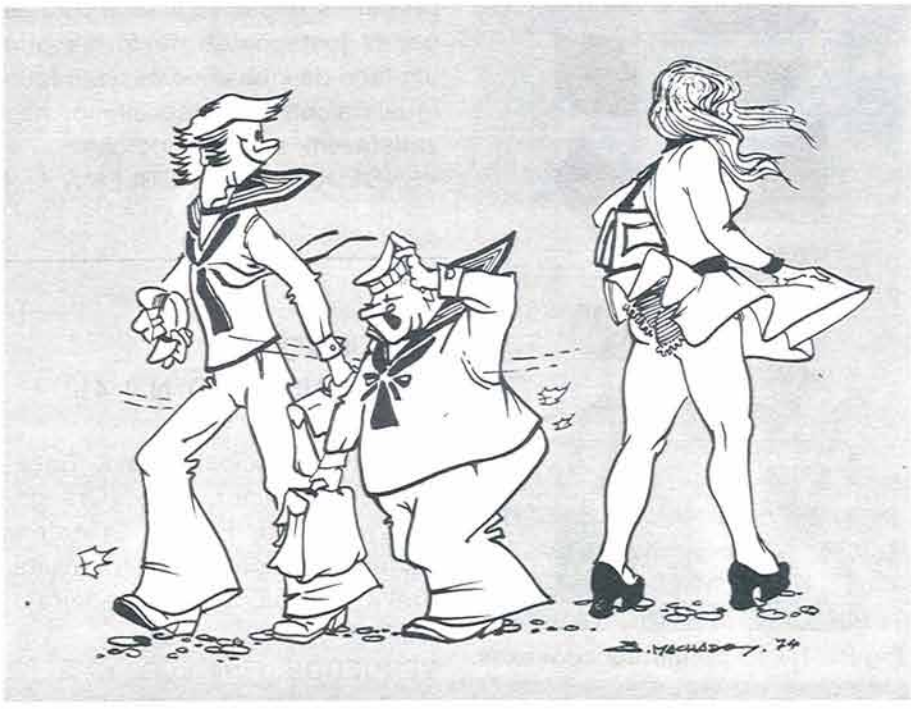
CONCURSO N.º 43

Sorteio de um prémio entre as respostas certas.

T I O A D A N A R G O T S P O R
I X S B A X I S B T N M R U B I
S M T U R Q U E Z A T O J U R O
T O T R K U I R I D I A M O B S
O Z O P U I O D R A K R F V S T
N O V F A D M I T O S A T A G A
O I J L M K C A A P C B O T O R
S Z A O E A V M A L T A L I T O
T A I R P O I A R V P A L A P O
I P S R U B O N S I A D I A A S
X O A C R S A T E S T E R B R O
S T F I T V T E X K R S I B A F
S O I L A L A S O S O R N T S A
A S R I R A D L A R E M S E O I
B R A T O X I S T O S I M O T L
C O R A K O R M A T S I T E M A

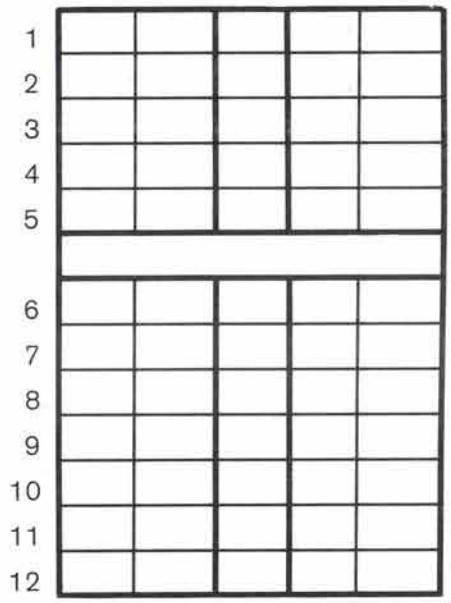
Procure em todos os sentidos, menos obliquamente, o nome de dez pedras preciosas.

Basto Carreira
Cap.-m.-g.



– Este vento é muito desagradável, não achas?...

PILHA DE PALAVRAS



1 – Galo castrado. 2 – Ralo. 3 – Embarcação. 4 – Pelo que largam os panos. 5 – Ciumenta. 6 – Es-

preitar. 7 – Iniciais do nome dum clube desportivo da Armada. 8 – A parte interior do lenho. 9 – Modilhão. 10 – Ilha grega. 11 – Cauda dos cavalos. 12 – Fixa.

Depois de resolvido o passatempo, na coluna central, o leitor encontrará o nome do cabo mecânico que desapareceu, no Mar do Norte, com o comandante Sacadura Cabral.

SEASA
Cabo aux. RA

PILHA DE PALAVRAS

1 – Capão. 2 – Crivo. 3 – Canoa. 4 – Cotão. 5 – Ciosa. 6 – Cocar. 7 – C. N. O. C. A. 8 – Cerne. 9 – Corvo. 10 – Creta. 11 – Crina. 12 – Crava. (Pinto Correia).

SOLUÇÕES

PALAVRAS CRUZADAS

HORIZONTAIS: 1 – Calda; arara. 2 – Aval; ateies. 3 – Los; pleura. 4 – DS; aia; sal. 5 – Raera; oca. 6 – Im; al; ri; aC. 7 – Rum; arcaz. 8 – Adua; uam; AM. 9 – Asseio; upa. 10 – Aramar; arar. 11 – Casas; agora.

VERTICAIS: 1 – Caldeira; aC. 2 – Avos; mudara. 3 – Las; musas. 4 – DL; aaa; asma. 5 – Piela; eas. 6 – Alar; ruir. 7 – Até; arcão. 8 – Reus; iam; Ag. 9 – Airão; uro. 10 – Realça; apar. 11 – As; acamara.

DAMAS

Brancas		Pretas
1.	16 - 27	30 - 23
2.	13 - 17	21 - 30
3.	7 - 11	15 - 6 (*)
4.	3 - 10 - 19 - 26	30 - 21
5.	17 - 26 e ganham.	

(*) Se:

3.	.....	14 - 7
4.	3 - 12 - 19 - 26, etc.	

XADREZ

Brancas		Pretas
1.	.....	Bb7
2.	Dxb7	Ta1 ch/
3.	Cb1	Cxe3
4.	Rd2	C3C5 ch/
5.	BxC5	Cxc5 ch/
6.	Re2	Dc7 ch/

e as brancas abandonam...

SOLUÇÃO DO PASSATEMPO CHINÊS PUBLICADO NO NÚMERO ANTERIOR

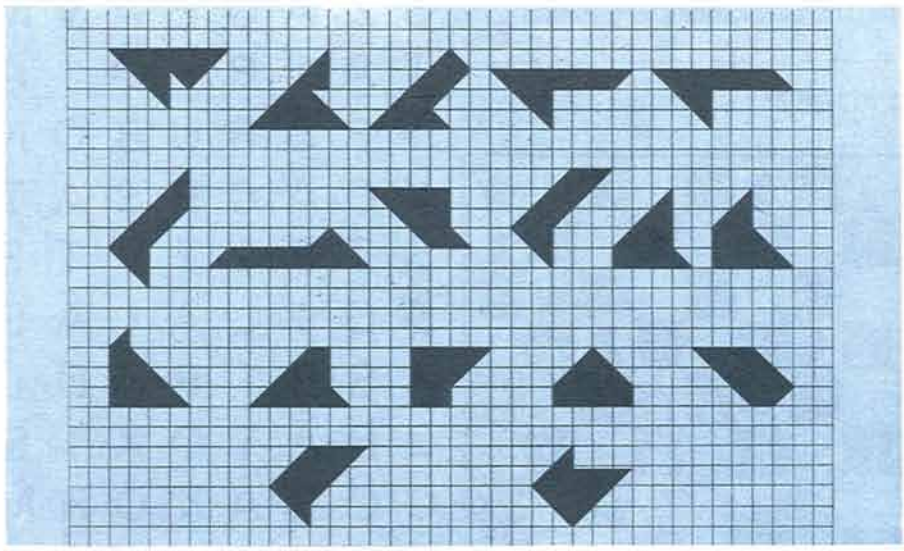


Figura 2 – 18 pentágonos.

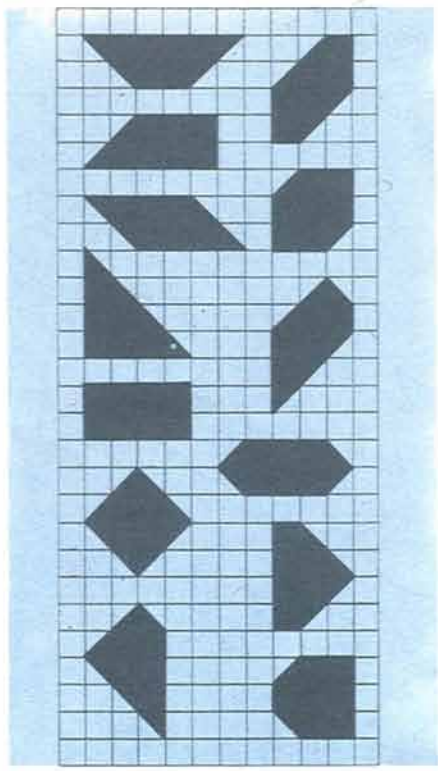


Figura 1 – 13 polígonos convexos.

1. A figura que não será possível executar é o quadrado com o buraco quadrado no centro.
2. Podem formar-se 13 polígonos convexos que a figura 1 mostra.
3. Podem formar-se 18 pentágonos como mostra a figura 2. Os primeiros 16 são formados com as peças justapostas de forma que um lado de uma encosta a um lado igual da outra. Os dois últimos não satisfazem a esta condição.

VENCEDOR DO PROBLEMA 1:

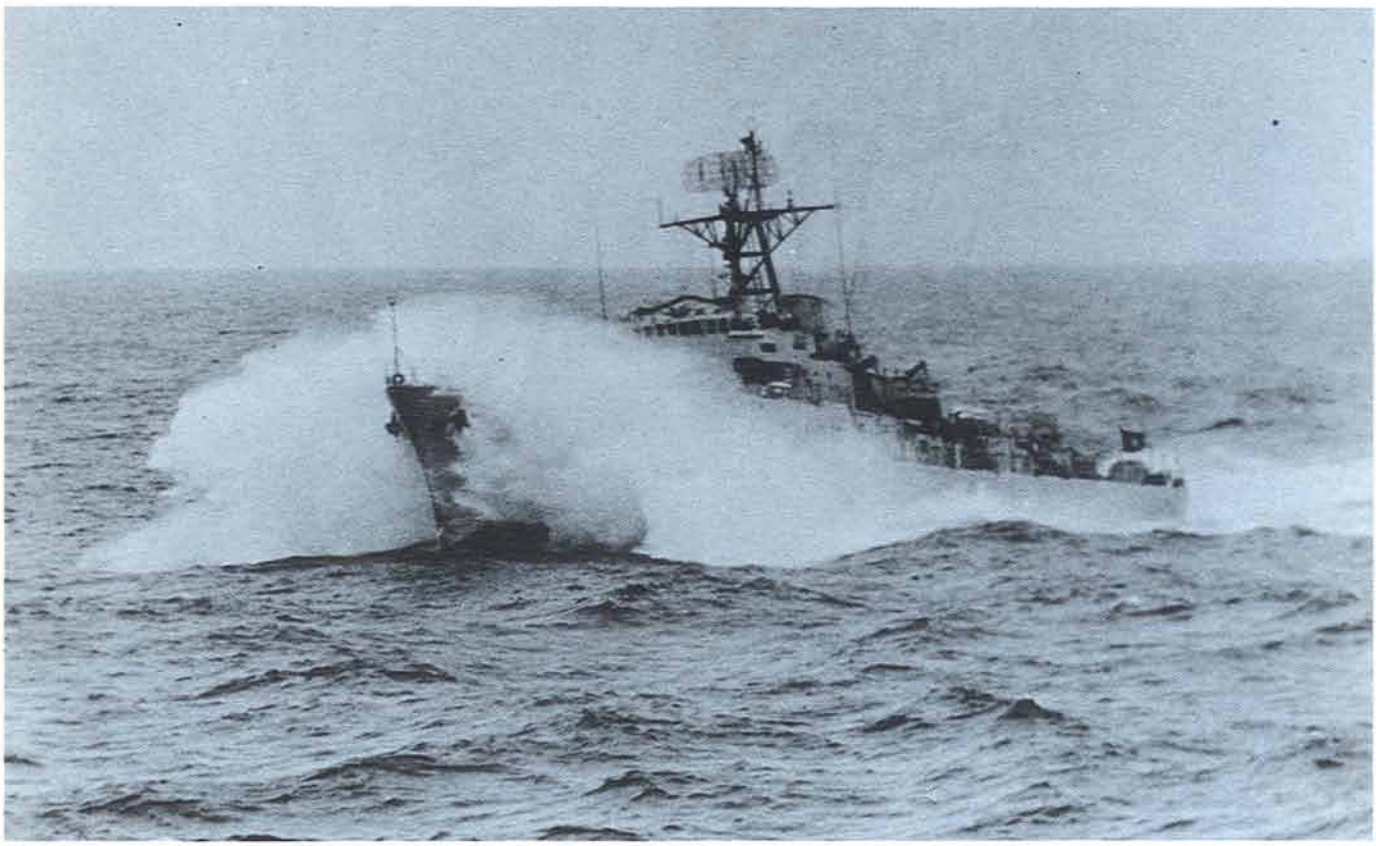
SOLUÇÃO DO CONCURSO N.º 41

Chiolane, Graciosa, Maio, Bazaruto, Pico, Timor, Faial, Orango, Atauro, Fogo, Flores, Príncipe, Berlenga, Moçambique, Boavista, Brava, Inhaca, Taipa, Madeira e Ibo.

VENCEDOR: Firmino Gouveia, 1.º gr. A n.º 1440/73, do N.R.P. «Cte. João Belo».

CONTRASTE...

A corveta «Honório Barreto» chega a Luanda. Como é Bonita a Marinha, pensam as pessoas que a vêem!



Porém, para lá chegar, os caminhos são difíceis...

(Fotos cedidas pelo c.-alm. Lino Paulino Pereira. Eis um exemplo da colaboração pedida na pág. n.º 5)

BARCO RABELO

(Modelo da colecção Seixas, existente no Museu de Marinha – foto de Reinaldo de Carvalho, fotógrafo do Museu de Marinha)

Antiquíssimo e típico barco do rio Douro. Destinava-se ao transporte do famoso vinho do Porto que, sendo cultivado nas margens alcantiladas do Douro – o belo horrível dos poetas – é tratado nos entrepostos de Gaia, para onde era transportado através daquela via fluvial.

A sua construção nunca se arredou do primitivismo da origem. Imensos têm sido os estudos feitos sem que se definissem concretamente as razões da sua origem de construção rude, sem grandes preceitos de acabamentos, formando no entanto um conjunto perfeitamente adaptado à função e à região a que se destinavam e, por isso mesmo, sem necessidade de variar.

As suas linhas inalteráveis passaram a definir tipicamente o panorama da região duriense e esta, sem ele, íamos a dizer, fica incaracterística.

Todos os pormenores da construção primitiva do casco nasceram da circunstância de ter de se adaptar ao que se pedia ao barco e as coisas apareceram nele pela força das circunstâncias e não por capricho de construção.

Verdade seja que a sua adaptação ao fim e ao meio a que se destina, foi simplesmente alcançada quanto ao volume da carga transportada, quanto às condições de navegabilidade, vencendo no seu curso difícil de correntes e perigosos saltos do rio, quer a remos, à vara ou à sirga, quer ainda e principalmente com o emprego da sua grande vela de pendão hasteada num só mastro que o arrais no alto da apegada governa com a sua grande prática no manejo do leme de espadela ou esparrela.

Primeiro o caminho de ferro e hoje a estrada, desviaram o transporte do vinho do Porto por outros caminhos, dando origem a perder-se esse belo, barato e pitoresco cartaz de propaganda que representava o barco rabelo navegando no rio Douro com a sua imponente vela enfunada, além dos inestimáveis serviços que prestava à economia duriense.